

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

DE UMA EXCLUSÃO SIGNIFICANTE:

UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE FORACLUSÃO NA TEORIA PSICANALÍTICA

Paulo Vitor Gregorius Scholze

SÃO PAULO

2022

PAULO VITOR GREGORIUS SCHOLZE

DE UMA EXCLUSÃO SIGNIFICANTE:

UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE FORACLUSÃO NA TEORIA PSICANALÍTICA

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a graduação no curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof.^a Dra. Ivelise Fortim de Campos.

SÃO PAULO

2022

Para meu pai.

Cujas nomeações sempre me foram tão caras.

AGRADECIMENTOS

Após pouco menos que um ano de pesquisa, me debruçando inúmeros dias sobre os textos de Freud, Lacan e seus discípulos, enfim é chegado o momento de concluir. Realizar minha primeira pesquisa em psicanálise, apesar de configurar uma tarefa um tanto árdua, não foi um processo desacompanhado de uma crescente apetência. Estudar psicanálise não apenas tornou-se parte fundamental da minha vida, mas também reacendeu minha vontade de conhecer.

Gostaria de iniciar este trabalho agradecendo as pessoas cuja presença tornaram-no possível.

Antes de tudo, a meus pais, Deise e Paulo, por sempre depositarem sua confiança em mim e me estimularem a perseguir meus objetivos. Vocês me lembram diariamente que é a partir do carinho e apoio incondicionais que tudo torna-se possível.

A minha irmã, Gabriela, pela paciência e pelas visitas semanais, que sempre me trazem uma enorme alegria.

A minha querida companheira, Maitê, não só pelo carinho e atenção de praxe, mas por compor comigo o desejo de sempre buscar saber mais. Te amo incomensuravelmente.

A minha avó, Olivia, cuja presença ao longo da pandemia foi um grande presente, sobretudo nas noites de carreado.

A meus amigos Inácio e Isadora, imprescindíveis, indescritíveis.

A minha orientadora, Ivelise Fortim de Campos, pela disponibilidade e diligência com a revisão do texto, sempre traçando comentários pertinentes para sua lapidação.

A Eliane Aparecida Costa Dias, cuja extensa recomendação bibliográfica, leitura atenciosa e comentários acerca do texto me foram muito caros e atestam seu comprometimento com o tema e, de modo geral, com a pesquisa em psicanálise.

Gostaria de agradecer também aos meus amigos da graduação Caio, Daniel, João, Denise, Natália, Juliana, Raíssa, Joca, Victoria, Isadora M., Thiago, Gabi, Lígia e Céu; aos amigos de sempre, Lucas, Diogo, Dudu e Cynthia; e aos demais, cujos ouvidos tomei de empréstimo ao longo de horas a fio enquanto divagava a respeito de Freud, Schreber, Lacan e Joyce.

RESUMO

SCHOLZE, P. V. G. **De uma exclusão significante: uma análise do conceito de foraclusão na teoria psicanalítica.** Orientadora: Ivelise Fortim de Campos. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022, pp. 68.

O trabalho em questão tem como objetivo investigar o desenvolvimento do conceito de foraclusão na teoria psicanalítica, de Freud à Lacan. Para tal se buscou mapear o emprego dos termos *Verwerfung* e foraclusão na produção destes autores, elencando as principais passagens a respeito do tema e traçando uma linha do tempo de tal modo que se tornasse possível compreender a elaboração de tal axioma e suas implicações para a expansão da clínica da psicose, assim como para a teoria psicanalítica como um todo. Analisou-se tanto as teorizações do pai da psicanálise a respeito das psicoses, com especial ênfase ao célebre caso Schreber, assim como os diferentes retratos da psicose ao longo dos seminários de Jacques Lacan. Além disso, buscou-se acentuar a contribuição de outros autores contemporâneos do campo, oferecendo releituras preciosas e que buscam dar conta das novas estruturações psíquicas emergentes, perpassando pela foraclusão do significante paterno e suas incidências na relação que tais sujeitos estabelecem com a linguagem e o gozo. Compararam-se diferentes perspectivas e posições, sobretudo aquelas oferecidas por Juan-David Nasio e sua teorização acerca de uma “foraclusão localizada”, e Jacques-Alain Miller, através da sua concepção de uma “foraclusão generalizada”.

Palavras-chave: Psicanálise. Psicose. Foraclusão. *Verwerfung*. Freud, Sigmund. Lacan, Jacques.

ABSTRACT

SCHOLZE, P. V. G. **On a significant exclusion: an analysis of the concept of foreclosure in psychoanalytic theory**. Orientadora: Ivelise Fortim de Campos. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022, pp. 68.

The work in question aims to investigate the development of the concept of foreclosure in psychoanalytic theory, from Freud to Lacan. To this end, it sought to map the use of the terms *Verwerfung* and foreclosure in the production of these authors, listing the main passages on the subject and tracing a timeline in such a way that it became possible to understand the elaboration of such axiom and its implications for the expansion the clinic of psychosis, as well as for psychoanalytic theory as a whole. Both the theorizations of the father of psychoanalysis regarding psychoses were analyzed, with special emphasis on the famous Schreber case, as well as the different portraits of psychosis throughout Jacques Lacan's seminars. In addition, it sought to accentuate the contribution of other contemporary authors in the field, offering precious reinterpretations that seek to account for the new emerging psychic structures, passing through the foreclosure of the paternal signifier and its incidence in the relationship that such subjects establish with language and *jouissance*. Different perspectives and positions were compared, especially those offered by Juan-David Nasio and his theorization about a “localized foreclosure”, and Jacques-Alain Miller, through his conception of a “generalized foreclosure”.

Keywords: Psychoanalysis. Psychosis. Foreclosure. *Verwerfung*. Freud, Sigmund. Lacan, Jacques.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Metáfora Paterna.....	22
Figura 2: Primeiros termos da Metáfora Paterna.....	25
Figura 3: Produto da operação da Metáfora Paterna	25
Figura 4: Célula elementar do grafo do desejo.....	26
Figura 5: Esquema L	29
Figura 6: Esquema L na “Porca!”.....	31
Figura 7: Esquema R	32
Figura 8: Esquema R parcial	32
Figura 9: Extração do objeto a do campo da realidade.....	34
Figura 10: Esquema I.....	35
Figura 11: A “distorção centrífuga” no Esquema R.....	36
Figura 12: Esquema em Z de Schreber.....	36
Figura 13: Mecanismo metafórico na formação sintomática	46
Figura 14 Os três aros separados e, depois, ligados pelo sintoma.....	48
Figura 15: Nó de Joyce corrigido	50
Figura 16: Coexistência de realidades produzidas por recalçamento com uma realidade produzida por foraclusão	54
Figura 17: Matriz da estrutura inconsciente	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A PESQUISA.....	15
2. 1 Justificativa.....	15
2. 2 Objetivos	15
2. 2. 1 <i>Geral</i>	15
2. 2. 2 <i>Específico</i>	15
2. 3 Fundamentação teórica	16
2. 4 Método.....	16
3 DA VERWERFUNG FREUDIANA À FORACLUSÃO: UM PERCURSO AO LONGO DOS PRIMEIROS SEMINÁRIOS DE LACAN.....	18
3. 1 Em busca de um mecanismo: <i>Verwerfung</i> e <i>Bejahung</i>	18
3. 2 A Metáfora Paterna e a Foraclusão do Nome-do-Pai	21
3. 3 Crise e estabilização da psicose no primeiro ensino de Lacan	28
3. 4 A direção do tratamento possível.....	40
4 A FORACLUSÃO NA SEGUNDA CLÍNICA DE LACAN: RUMO A FORACLUSÃO GENERALIZADA.....	43
4. 1 “O Outro não existe” e o furo estrutural do <i>falasser</i>	43
4. 2 Do sintoma-mensagem ao sintoma-letra: uma articulação entre inconsciente e gozo	46
4. 3 “Todo mundo é louco”: a pluralização dos Nomes-do-Pai e a clínica das suplências	49
5 A FORACLUSÃO LOCALIZADA DE J.-D. NASIO	53

6 “PARTICULAR” OU “GENERALIZADA”? A FORACLUÇÃO E OS DIAGNÓSTICOS NA CONTEMPORANEIDADE.....	58
6. 1 A clínica psicanalítica na passagem para o Século XXI: a foracclusão é determinante?.....	58
6. 2 As psicoses transitórias e ordinárias.....	60
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	65

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente proposta por Lacan em um momento áureo de seu ensino, a saber o retorno à Freud, a forclusão — termo oriundo do vocabulário jurídico e cuja conotação seria a exclusão de uma faculdade não foi utilizada em tempo útil, e logo encontra-se prescrita — desde muito esteve intrinsecamente ligada à questão das psicoses. Esta seria, antes, a unificação de uma pluralidade de termos empregados por Freud para se referir ao mecanismo desencadeador de um processo psicótico. A *Verwerfung* freudiana, em contraposição a outros termos tais como como *Verdrängung* (“recalque”), *Verneinung* (“negação”) e *Verleugnung* (“desmentido”), seria assim recuperada em prol do desenvolvimento de uma clínica estrutural, a partir da qual a diferenciação entre neurose e psicose se tornaria essencial para uma condução eficiente da análise. Tendo em vista, contudo, as mudanças às quais tal clínica esteve sujeita nas décadas subsequentes a este primeiro ensino de Lacan, devemos tomar a forclusão, a própria abolição do processo simbólico, sempre como correlativa da psicose? Esta seria suficiente para explicar a relação que sujeitos assim estruturados desenvolvem com a linguagem e com o gozo? Se sim, seria esta sua única função?

Cabe lembrar que a questão das psicoses sempre teve para a psicanálise o estatuto de uma faca de dois gumes: ao mesmo tempo móvel estruturante dos avanços teóricos da disciplina, também se apresentava, desde Freud, como a fronteira final para o tratamento analítico. Isso é tão evidente que, não raro, nos deparamos com a questão: seria a psicanálise adequada para tais casos, haveria uma perspectiva de tratamento? Qual é o lugar possível que o psicanalista deve ocupar frente a um analisando assim estruturado? Para Freud, a resposta ainda era nebulosa. Isso, contudo, não o impediu de investigar a fundo os fenômenos que circundavam a loucura.

Sabe-se bem que é partindo da análise de uma obra autobiográfica de um paciente paranoico, o famoso “caso Schreber” (FREUD, [1911] 2010), que o fundador da psicanálise viu confirmados os dados investigativos que figuravam em seus esforços teóricos. Desenvolve, a partir desta incursão, a noção de narcisismo, estágio do desenvolvimento libidinal para o qual tal paciente haveria de regredir no decorrer de sua enfermidade, explicando dessa maneira, o reinvestimento de si mesmo em contraste com o esvaziamento afetivo do mundo circundante. Tal descoberta, além de solidificar sua oposição à insurreição junguiana, que visava a uma universalização do conceito de energia psíquica, para além do sexual em questão — argumentando em seu favor a predominância de tendências eu-óicas em detrimento de relações

objetais, e, em último termo, sexuais, em pacientes esquizofrênicos —, contribuiu para um maior esclarecimento acerca do mecanismo operador de tal subjetividade, e que posteriormente seria recuperado por Lacan sob o nome de *Verwerfung*.

Comumente traduzida como “repúdio”¹, o termo apresenta-se poucas vezes ao longo da obra do pai da psicanálise. A que este repúdio responderia, sobre o que agiria? Freud o dirá, retomando uma argumentação que desenvolvera pela primeira vez em *As neuropsicoses de defesa* ([1894] 1986), que se trata de uma das possíveis defesas empregadas pelo eu para defender-se contra o perigo de uma representação psíquica intolerável, esta sendo a percepção dolorosa da falta de pênis na mãe, percepção esta que confirmaria, por sua vez, a ameaça de castração. Assinala o caráter radical e violento desta ação de repúdio por parte do sujeito psicótico, de tal forma que “[...] o eu rejeita a representação incompatível juntamente com seu afeto e se comporta como se a representação jamais lhe tivesse ocorrido [...] o eu rechaçou a representação incompatível através de uma fuga para a psicose” (p. 63-64).

Tomando o delírio de Schreber como um texto, imbuindo-o de significação, Freud irá mais além: questionar-se-á, enfim, os motivos da paranoia e de seu desencadeamento, chegando à conclusão de que esta psicose resultaria de um “acesso de libido homossexual [...]” e a revolta contra esse impulso libidinal produziria, no caso em questão, “[...] o conflito de que se originaram as manifestações patológicas” (FREUD, [1911] 2010, p. 58). À maneira das neuroses, os sintomas psicóticos constituiriam uma defesa contra a pulsão, esta sendo, no caso destes, a atração por pessoas do mesmo sexo. Dirá que “[...] o caráter paranoico está em que, para defender-se de uma fantasia de desejo homossexual, reage-se precisamente com um delírio persecutório [...]” ([1911] 2010, p. 78), oferecendo didaticamente uma análise da fórmula morfossintática “eu o amo”, que através do delírio de perseguição se transformará em “eu o odeio”, seguida da projeção no outro “ele me odeia” — “[...] o que deveria ser sentido internamente como amor é percebido como ódio vindo do exterior” (p. 88).

Esta formulação, apesar de não sofrer alterações, ainda será objeto de futuros comentários de Freud, sobretudo na análise do Homem dos Lobos ([1914-1918] 2010), uma de suas cinco grandes psicanálises, a partir da qual reafirmará a máxima, proferida anos antes,

¹ Optou-se, aqui, pela tradução de *Verwerfung* por “repúdio”, de modo a evitar confusão com outro termo recorrente sob a pena de Freud, *Verleugnung* (igualmente traduzido na edição brasileira por “rejeição”), mecanismo específico de negação da castração referente a perversão. Alinha-se, portanto, menos com a decisão da tradução brasileira das *Obras Completas*, e mais com aquela fornecida pelas edições em espanhol, que também o traduzem dessa forma (*repudio*). Em outras versões é também traduzido por: *repulsa*, *desestimación*, *ripudio consciente*, *rejet*, *condemning judgement*.

“aquilo interiormente cancelado retorna a partir de fora” ([1911] 2010, p. 95). Deste paciente em questão, Freud dirá:

[...] coexistiam nele duas correntes opostas, das quais uma abominava a castração, e a outra se dispunha a aceitá-la e consolar-se com a feminilidade como substituto. A terceira, a mais antiga e profunda, que simplesmente rejeitara a castração, em que o juízo sobre a sua realidade não chegou à consideração, ainda podia certamente ser ativada ([1914-1918] 2010, p. 114).

À esta ativação, ligará a recordação do jovem acerca de uma alucinação visual que vivenciou quando era criança. Trata-se de um fenômeno que experienciou aos cinco anos de idade quando, em um dia brincando no jardim ao lado de sua babá, notou, “com terror indizível” (p. 115), que havia cortado o dedo mínimo da mão e que este encontrava-se preso à última apenas por uma fina camada de pele. O paciente de Freud relata ter vivido tal experiência em silêncio, não se atrevendo a contar a sua babá, que se encontrava a meros passos de distância, o que havia visto. Momentos depois diz ter se tranquilizado, olhado novamente para o dedo e constatado que este encontrava-se ileso. Associa a ocorrência a uma história que havia lhe sido contada a respeito de um parente que nasceu com seis dedos em um pé e que teve o órgão excedente cortado fora com um machado. Freud remete tal história ao complexo de castração: “[...] as mulheres não tinham pênis porque lhes era tirado ao nascer” (p. 116). Tal fenômeno alucinatório reforçaria, portanto, a argumentação de que este seria fruto de tal representação abolida — a própria realidade da castração — que, havendo retornado desde o exterior para o eu, se transforma, assim, em uma coisa alucinada. Ressalta-se, enfim, o fato de que, “na psicose, o repúdio e o repudiado são heterogêneos” (NASIO, 1997, p. 155).

Alguns anos mais tarde, em seu artigo *Neurose e psicose* ([1924a] 2010), Freud, visando extrair consequências de sua recém-postulada segunda tópica do aparelho psíquico — agora dividido em Eu, Super-eu e Id — para a nosografia psicanalítica, propõe que:

A etiologia comum à irrupção de uma [...] psicose é sempre a frustração, a não realização de um daqueles desejos infantis nunca sujeitos, tão profundamente enraizados em nossa organização filogeneticamente determinada. Tal frustração é, no fundo, sempre externa; [...] O efeito patógeno depende de que o Eu [...] se deixe sobrepujar pelo Id e separar da realidade [...] (p. 181).

Em outras palavras, localiza a origem de um processo psicótico a partir da influência do Id sobre o Eu, que rejeitará a realidade externa, diferenciando-o da neurose visto que nesta haveria um amordaçamento das tendências libidinais em prol da relação com o mundo exterior e suas exigências.

Em um outro texto do mesmo ano, *A perda da realidade na neurose e na psicose* ([1924b] 2010), Freud busca complementar e corrigir tais ideias, levando em conta, dessa vez, como se dá a relação das duas estruturas com a realidade. Subvertendo o pensamento psiquiátrico de sua época, o pai da psicanálise observa que não é só na psicose que há desprendimento de uma porção da realidade: “[...] toda neurose [também] perturba de algum modo a relação do doente com a realidade [...]” (p. 215). As diferenças, situadas, portanto, ao nível do Eu, se este cederá à influência da realidade ou do Id, tornam-se, a partir deste momento, mínimas quando se constata que também há na neurose uma tentativa de substituição da realidade indesejada por um mundo de fantasia.

Dessa forma, aproximam-se ambas as estruturas de tal modo que a distinção não deve mais ser postulada com base na perda da realidade — visto que, como desenvolvido, esta já se encontra perdida em ambas —, mas sim a partir de como se dão as tentativas de reconstruí-la. Estas, apesar de se pautarem por um princípio comum, apresentam particularidades em cada uma das estruturas: diferentemente do que ocorre na neurose, na psicose a reparação não ocorre “à custa de uma restrição do Id [...], e sim por uma via mais autônoma, pela criação de uma nova realidade, que não desperte a mesma objeção que aquela abandonada” (FREUD, [1924b] 2010, p. 217). A diferença principal situar-se-ia, então, na primeira reação à realidade: “a neurose não nega a realidade, apenas não quer saber dela; a psicose a nega e busca substituí-la” (p. 218). Conclui: trata-se, portanto, da forma como é realizada sua substituição — a fantasia, na neurose, e a construção delirante, um mundo “[...] edificado conforme os impulsos de desejo do Id” (FREUD, [1924a] 2010, p. 180), na psicose.

Ressaltará também que, no caso da psicose, a remodelação da realidade poderá ocorrer tanto de acordo com as relações que o sujeito mantinha com ela, através dos traços mnemônicos registrados que as representavam em sua vida psíquica, ou a partir de novas percepções. Aproximará novamente as duas estruturas ao dizer que, na psicose, “[...] provavelmente a porção rechaçada da realidade volta sempre a importunar a psique, como faz na neurose o instinto reprimido, e por isso as consequências são as mesmas em ambos os casos” (FREUD, [1924b] 2010, p. 219). Refere-se às alucinações, que podem ser compreendidas como formas do sujeito psicótico obter percepções que correspondam à nova realidade por ele construída.

Cabe ressaltar que nesse período posterior da obra de Freud, apesar de representar avanços inestimáveis no que tange a compreensão do que se passa na psicose, o pai da psicanálise ainda situa sua dificuldade em apreender um mecanismo específico para esta organização psíquica. Reitera que ainda lhe resta saber qual “pode ser o mecanismo, análogo à

repressão, mediante o qual o Eu se separa do mundo exterior” ([1924a] 2010, p. 183). Destaca-se a sobreposição do mecanismo psicótico com aquele referente à perversão, o “desmentido”, em *A cisão do Eu no processo de defesa* ([1938-1940] 2018) dada a perturbação da realidade também presente na estruturação fetichista. A adversidade ilustra-se também, sobretudo, no receio de Freud de recomendar o tratamento psicanalítico a casos de psicose, posição esta que manterá até o fim de sua vida.

É sobretudo a partir deste referencial que Jacques Lacan retomará a obra de Freud em seu *Seminário 3 — as psicoses* ([1955-1956] 2010), no qual se propõe a realizar uma revisão sistemática do trabalho freudiano acerca da produção de Schreber, sob a ótica de um novo sistema referencial, a saber, a tríade real-simbólico-imaginário, processo este que culminará na formulação de um novo termo, forclusão. Como mencionado anteriormente, este seria, em português, um neologismo, tradução do termo em francês *forclusion*, oriundo do dialeto jurídico cujo significado seria aquilo que está expirado, prescrito, sendo utilizado comumente, portanto, para referir-se a processos jurídicos cuja apelação encontra-se impedida por se ter perdido o prazo legal. Refere-se, assim, a uma recusa primordial, uma não-*Bejahung*, não admissão de um elemento na simbolização geral, cujos efeitos se presentificarão sob a nova fórmula proposta por Lacan: “o que foi rejeitado do simbólico reaparece no real” ([1955-1956] 2010, p. 59). Explicitando, então, o mecanismo projetivo da psicose inicialmente descrito por Freud e diferenciando-o de sua acepção mais comum, psicológica e imaginária, o autor dirá que o primeiro “é o mecanismo que faz voltar de fora o que está preso na *Verwerfung* [...]” ([1955-1956] 2010, p. 60), avançando na direção de uma maior elucidação do que está em jogo no chamado fenômeno elementar.

Tais considerações revolucionarão o campo psicanalítico, abrindo margens para a elaboração de tal mecanismo em referência ao fenômeno edípico e sua ação sobre um significante específico, representante da Lei no inconsciente e aquele pelo qual o sujeito acederá à significação de seu sexo, o Nome-do-Pai. Além disso, amplia a discussão acerca dos limites da psiquiatria fenomenológica e da perda e subsequente reconstrução da realidade por sujeitos psicóticos, elementos estes que serão abordados em seu escrito *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* ([1958a] 1998), onde ainda se expande a respeito dos efeitos clínicos, consequências de tal axioma, a recusa do significante, sob o título das alucinações e novos efeitos linguísticos. Frente a tamanhas inovações à literatura analítica, há, contudo, de se questionar: quais foram as repercussões de tal construção para o próprio desenvolvimento da teoria? Qual o impacto de tal formulação para a práxis e desenvolvimentos

teóricos de seus autores? E, frente aos novos desafios clínicos que aparecem na contemporaneidade, ainda devemos pensar a forclusão como limitada à estrutura psicótica?

É nesse sentido que o presente trabalho busca recuperar os fios que conduziram à elaboração de tal conceito nas formulações dos principais expoentes da psicanálise, recuperando, dessa forma, sua historicidade e particularidade teórica, além de apontar seus possíveis desdobramentos, perpassando diferentes leituras, como a de “forclusão localizada” de Juan-David Nasio e “forclusão generalizada” de Jacques-Alain Miller, dando especial enfoque à clínica contemporânea, para além do modelo estrutural, e a formação dos chamados “novos sintomas”. Há de se refletir, enfim, o peso que a forclusão exerceu na psicanálise ensinada por Freud, Lacan e seus discípulos, elucidando aquilo que, como nos é ensinado, nunca deve ser compreendido — pois compreender em demasia é iludir-se —, a própria loucura.

2 A PESQUISA

2.1 Justificativa

O estudo da psicose e de seu mecanismo fundamental, a foraclusão do significante paterno, é de imensa importância para sua explicitação e conseqüente despatologização. Pensar a evolução do termo, desde a *Verwerfung* já conceitualizada por Freud, até seu emprego mais amplo ao longo do ensino de Lacan, contribui para o posicionamento da estrutura psicótica não mais como um negativo da neurose, como muito já se colocou, mas como um enodamento específico, um modo de subjetivação que não passa, necessariamente, pela significação fálica e pela normatização que esta implica. Considerar a psicose como uma outra forma de ver o mundo, para além das lentes da fantasia neurótica, é, antes de tudo, um posicionamento político que se encontra em consonância com os diversos debates que marcam a contemporaneidade, sobretudo em um contexto de retrocessos dos direitos conquistados com a reforma psiquiátrica e a luta antimanicomial. Além disso, pensar as psicoses — já que, como orientado por Lacan, estas são tão múltiplas que não devem ser concebidas como uma unidade coesa — como uma forma de subjetivação, um tipo de relação com a linguagem, o Outro, e com o gozo, é também contrapor-se ao reducionismo cada vez mais presente no campo da psiquiatria que, balizada pelo discurso das neurociências e da farmacologia e em sua busca incessante por diagnósticos facilmente explicados por processos biológicos, acaba por ignorar, desviar seu interesse do que um dia já foi seu principal objeto de estudo, a loucura, seja esta psicótica ou não.

2.2 Objetivos

2.2.1 Geral

Investigar o desenvolvimento do conceito de foraclusão na teoria psicanalítica, desde Freud à Lacan.

2.2.2 Específico

1. Mapear o emprego dos termos *Verwerfung* e foraclusão ao longo da obra freudiana e do ensino de Jacques Lacan.

2. Levantar textos em que o conceito de forclusão encontra-se implícito e/ou subentendido.
3. Organizar a narrativa dos autores, traçando uma linha do tempo para que seja possível compreender o desenvolvimento de tal axioma e sua coadunação com novas teses que surgem ao longo da obra de Freud e do ensino de Lacan, dando especial ênfase ao último a partir do surgimento da clínica do borromeana, abordando uma multiplicidade de novos conceitos e ressignificando outros, como gozo e sintoma.
4. Caracterizar os impactos desta formulação e sua incidência nas obras dos psicanalistas na contemporaneidade, assim como possíveis releituras.

2. 3 Fundamentação teórica

A pesquisa em questão terá como referencial teórico a psicanálise, sobretudo a partir das obras de Freud e do ensino de Lacan, assim como as considerações de outros teóricos da área. Terá como base a investigação movida por Freud em textos clássicos, aqueles referentes ao caso Schreber e ao caso do Homem dos Lobos, incidências singulares do estudo dos fenômenos psicóticos no conjunto de sua obra. A partir disso, retomará as ponderações de Lacan e sua subsequente sistematização do trabalho freudiano em seus primeiros seminários. Se buscará delinear o desenvolvimento de seu pensamento ao longo dos primeiros anos de seu ensino, culminando em conceitos-chave que possibilitarão um novo olhar acerca dos fenômenos psicóticos e sua causalidade, questionando-se se a tese da forclusão e a explicação pelas vias do significante ainda se encontram compatíveis com as manifestações sintomáticas contemporâneas.

2. 4 Método

A pesquisa em questão possui como método a investigação em material teórico acerca do assunto de interesse, a saber o conceito de forclusão. Buscou-se, a partir de uma revisão da produção de Freud e Lacan, assim como de outros teóricos da área, investigar a evolução deste, suas implicações e desdobramentos para o campo psicanalítico. Buscou-se pautar pela historicidade do conceito e sua conexão com o contexto no qual foi elaborado, assim como com os demais termos com os quais dialoga. Coaduna-se, então, com a posição de Garcia-Roza

(1991) de que, em psicanálise, o “conceito tem uma história, e até mesmo uma geografia; [...] ele foi elaborado levando-se em conta o outro, o opositor, o amigo, e [...] esse outro não é uma entidade externa ao texto, acidental, mas intrínseca e necessária” (p. 19). Para tanto, empreendeu-se uma leitura extensiva dos principais textos nos quais apresenta-se seu desenvolvimento, seja sob o nome de *Verwerfung*, ou outros tantos termos empregados de forma intercambiável no texto freudiano; seja pelo nome de forclusão nos primeiros anos do ensino de Lacan.

No que tange ao critério de seleção dos autores contemporâneos a serem estudados, focalizou-se em sua influência no campo psicanalítico, assim como sua inventividade perante os conceitos inicialmente desenvolvidos por Lacan ao longo de seu ensino, ressaltando, assim, seu esforço em atualizar as tradições clínicas em psicanálise. Comparou-se suas premissas e se analisou as consequências delas resultantes no campo do diagnóstico clínico.

3 DA *VERWERFUNG* FREUDIANA À FORACLUSÃO: UM PERCURSO AO LONGO DOS PRIMEIROS SEMINÁRIOS DE LACAN

Neste capítulo, pretende-se abordar os primeiros anos da teorização lacaniana acerca das psicoses e de seu mecanismo causador. Apresentar-se-á sua proposta do sintagma foraclusão como uma tradução possível para a *Verwerfung* freudiana, assim como sua importância para a delimitação da clínica estrutural, fundada a partir da diferenciação entre neurose e psicose em relação aos diferentes modos a partir do qual sujeitos assim estruturados se constituem mediante à linguagem, processo este referido ao complexo de Édipo. A foraclusão será abordada à luz de suas consequências clínicas, a saber, os fenômenos elementares da psicose, analisados por Lacan a partir de sua estrutura de linguagem. Por fim, a partir do disposto, analisar-se-á as possibilidades de tratamento para a psicose oriundas de tal ensino.

3. 1 Em busca de um mecanismo: *Verwerfung* e *Bejahung*

Ao longo do primeiro momento de seu ensino, Lacan, crítico ao rumo tomado pela doutrina psicanalítica após a morte de seu fundador, se propôs a um “retorno a Freud”. Tal período será marcado pela revisita a férteis períodos da obra freudiana, entre eles os chamados “escritos técnicos” produzidos entre 1904 e 1919. Retomando o desenvolvimento de conceitos fundamentais, situando-os em seus respectivos contextos ao longo do desenvolvimento teórico de Freud e recuperando o sentido originário da experiência analítica, — a saber, referindo-a aos campos da fala e da linguagem —, Lacan ([1953-1954] 2009) se distanciará das mais diversas concepções de análise que vigoravam em sua época, sobretudo aquelas baseadas em um viés adaptativo e desenvolvimentista, como a *two bodys' s psychology* e a Psicologia do Ego de Anna Freud. Ressaltará a importância de um terceiro termo, muito negligenciado até então, que permeia todas as relações humanas, a saber, a ordem simbólica. Transcendental às relações duais, objetais e imaginárias e regulador destas, tal sistema, posteriormente referido por Lacan como o grande Outro, seria constituído pela linguagem e por elementos significantes e se definiria como o discurso do inconsciente.

Partindo, portanto, de uma supremacia deste registro em relação aos outros que compõem a experiência humana — o imaginário e o real —, Lacan se propõe a uma nova leitura da psicose. Para tal, baseia-se em importantes relatos de casos, entre eles: o caso Dick, de

Melanie Klein, o caso Roberto, o “menino-lobo”, de Rosine Lefort, e o Homem dos Lobos, de Freud. Em todos, por se tratarem, em sua maioria, de crianças, remonta a um período arcaico do desenvolvimento psíquico, de modo a responder como se dá a entrada do ser humano na ordem simbólica, ou, mais especificamente, na linguagem.

Em uma aula do seminário realizado entre os anos de 1953 e 1954, respondendo à exposição do texto freudiano *A negação* ([1925] 2011) por Jean Hyppolite, Lacan colherá deste um termo crucial, a *Bejahung*. Este remete àquele que seria o primeiro dos dois juízos que Freud, em seu texto, proporá como sendo os responsáveis pela constituição do aparelho psíquico: o juízo de atribuição, responsável por demarcar os limites originários de tal aparelho. Tal juízo operaria a partir de um primeiro *Eu-prazer*, que atribuiria a algo o predicado de ser bom, incorporando-o em um “dentro” (*Bejahung*), ou mal, expulsando-o para um “fora” (*Austossung*). “Para o Eu, o que é mau e o que é forasteiro, que se acha de fora, são idênticos inicialmente” (FREUD, [1925] 2011, p. 278). Tal processo consistiria a base para toda e qualquer simbolização posterior e se situaria em um “momento mítico” (LACAN, [1954b] 1998, p. 384), e não genético. Corresponderia a uma interseção dos registros simbólico e real, na medida em que não haveria qualquer intermediação do imaginário e que, para que algo se opere no sentido da afirmação primordial, este se mediatiza “sob uma forma que renega, pelo que foi excluído no primeiro tempo da simbolização” (p. 385) — processo da *Austossung* — e que consistirá no real como “domínio do que subsiste fora da simbolização” (p. 390). Em termos simples, a *Bejahung* só se sustenta a partir de uma expulsão.

[...] a *Bejahung*, aquilo que mais próximo poderíamos ter de uma afirmação pura, infinita, carrega consigo uma negação (expulsão). Se ela é pura afirmação, algo, no entanto, tem que ser expulso para que ela possa constituir-se como tal (FRANÇA NETO, 2006, p. 155).

Lacan, então, retomará uma passagem fundamental de Freud em seu relato do caso do Homem dos Lobos, a saber, a afirmação de que o sujeito em questão “não quis saber dela [a castração], no sentido de que a reprimiu [do recalque]” (FREUD, [1914-1918] 2010, p. 75), de modo a ressaltar as diferenças entre os termos *Verdrängung* (“recalque”) e *Verwerfung*, este último elevado ao estatuto de conceito e empregado pelo autor para se referir a este modo de negação da castração operado por seu paciente. Correlacionará, então, este último com o próprio processo de exclusão do juízo de atribuição, a *Austossung*, que se opõe à *Bejahung* primária. Assim, a *Verwerfung* nada mais seria do que uma “abolição simbólica” (LACAN, [1954b] 1998, p. 388), seu processo, em oposição ao do recalque — cujo retorno se dá de forma

homogênea ao que recaiu sobre sua operação, de tal forma que ambos são indistinguíveis —, se dá a partir da seguinte fórmula: “*o que não veio à luz do simbólico aparece no real*” (p. 390). Enquanto o primeiro retornará no nível da própria história do sujeito, o segundo se dará sob a forma de coisa alucinada, como foi o caso do paciente de Freud, e podendo produzir, dessa forma, um quadro psicótico.

Retomando a discussão acerca dos termos apresentados, Lacan, na abertura de seu *Seminário 3 - as psicoses* ([1955-1956] 2010) resumirá:

é preciso admitir, atrás do processo de verbalização, uma *Bejahung* primordial, uma admissão no sentido do simbólico, que pode ela própria faltar. [...] Freud admite um fenômeno de exclusão para o qual o termo *Verwerfung* parece válido, e que se distingue da *Verneinung* [“negação”], a qual se produz em uma etapa muito ulterior (p. 21).

Este seminário, importantíssimo momento em sua obra, apresentará, a partir de uma leitura minuciosa do caso Schreber (FREUD, [1911] 2010), uma nova maneira de se entender a psicose. É extraído das hipóteses sob a pena de Freud e munido de novos conceitos advindos e adaptados da linguística estrutural de Saussure, a saber o significante — elemento material da língua cujo significado é estabelecido em relação aos demais significantes —, que o psicanalista francês se propõe a revisitar as discussões dos anos anteriores acerca do mecanismo específico da psicose, de modo a reformulá-lo. Dirá:

De que se trata quando falo de *Verwerfung*? Trata-se da rejeição de um significante primordial em trevas exteriores, significante que faltará desde então nesse nível. [...] Trata-se de um processo primordial de exclusão de um dentro primitivo, que não é o dentro do corpo, mas aquele de um primeiro corpo de significante (LACAN, [1955-1956] 2010, p. 178).

A *Verwerfung* não mais se aplicará a este movimento germinal do processo simbólico, a *Bejahung* primitiva, mas sim a um significante que institui o universo simbólico como um sistema coeso. Como indica Nasio (1997), tal avanço soluciona uma parte das contradições do desenvolvimento precedente, visto que ao sustentar que a *Verwerfung* incidiria sobre a *Bejahung* primária e, conseqüentemente, sobre a totalidade do universo simbólico, Lacan também estaria postulando a *Verwerfung* do primeiro tempo da castração, a crença inicial da criança de que todos os seres possuem um pênis.

Como descrito por Freud ([1923] 2011), ao ser confrontada com a percepção da ausência de pênis na mãe — a distinção anatômica entre os sexos —, o infante poderá reagir de diferentes maneiras, cada qual uma forma de negar a castração e a ameaça a ela ligada, entre elas a

Verdrängung (“recalque”). Este último caminho possibilita a inscrição e preservação desta primeira representação da castração (*Austossung*) — ponto de inconsistência em relação à crença no falo universal (*Bejahung*) —, mas não sem negá-la, submetendo-a ao esquecimento inconsciente e possibilitando, assim, a existência de uma *Bejahung* castrada (FRANÇA NETO, 2006). Supor que a *Verwerfung* agiria no nível mesmo desta primeira afirmação corresponderia a afirmar “que a criança nem sequer teve que se confrontar com o dilema de atravessar essa prova ou recuar diante dela. É como se a criança, futuro psicótico, não houvesse tido sequer a possibilidade de viver a ilusão primeira do mito de um pênis atribuído a todos” (NASIO, 1997, p. 157).

Ao contrário, com o novo desdobramento de Lacan, poderíamos conceber que, na psicose, “a luta contra a castração teria sido de tal forma eficaz que chegaria a eliminá-la completamente do campo, sobrando apenas uma pura afirmação infinita [*Bejahung* não-castrada], império do gozo, anulando qualquer possibilidade de existência de um sujeito” (FRANÇA NETO, 2006, p. 156). A relação do sujeito com o gozo será explorada mais à frente.

Cabe ressaltar, por fim, que é apenas na última lição de seu *Seminário 3 — as psicoses* ([1955-1956] 2010), que Lacan proporá uma nova tradução ao termo freudiano *Verwerfung*, a forclusão. Dirá:

O que há de tangível no fenômeno de tudo o que se desenrola na psicose é que se trata da abordagem pelo sujeito de um significante como tal, e da impossibilidade dessa abordagem. Não torno a voltar à noção da *Verwerfung* de que parti, e para a qual, tudo bem refletido, proponho que vocês adotem definitivamente esta tradução que creio ser a melhor — a forclusão (p. 369-370).

3. 2 A Metáfora Paterna e a Forclusão do Nome-do-Pai

Em meio a suas considerações acerca do Édipo estrutural durante o *Seminário 5 — as formações do inconsciente* ([1957-1958] 2010), Lacan dedicará a lição de 8 de janeiro de 1958 a uma nova adição à sua teoria acerca do mecanismo desencadeador das psicoses, complementando-o com uma nova incidência, a saber “forclusão do Nome-do-Pai”. A palavra forclusão, tradução proposta para o vocábulo freudiano *Verwerfung*, retornará, tornando-se, a partir deste momento, uma constante na obra de Lacan e perdurará até os últimos anos de seu ensino. O Nome-do-Pai, por sua vez, encontra-se diretamente ligado ao processo edípico, onde operará a partir da fórmula da metáfora paterna.

O Édipo lacaniano visa explicitar como se dá a constituição subjetiva a partir de uma experiência de transmissão da lei simbólica, que se dá mediante a operação designada Metáfora

Paterna. Esta, como qualquer metáfora, consiste na substituição de um significante por outro, gerando, assim, efeitos de sentido. Lacan proporrá três tempos lógicos, e não cronológicos, da constituição subjetiva mediante a máquina edípiana, todos representados na fórmula final, apresentada a seguir:

$$\frac{\text{Nome-do-Pai}}{\text{Desejo da Mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da Mãe}}{\text{Significado para o sujeito}} \rightarrow \text{Nome-do-Pai} \left(\frac{\text{A}}{\text{Falo}} \right)$$

Figura 1: Metáfora Paterna (LACAN, [1958a] 1998, p. 563).

No primeiro tempo, a criança, inicialmente um mero “pedaço de carne”, ou seja, ainda não inserida na ordem da Cultura, encontra-se identificada ao objeto de desejo da mãe, o falo. Trata-se de uma relação simbiótica, em que os limites eu/outro não se encontram bem sedimentados, a partir da qual a criança, dado o seu estado de completa imaturidade fisiológica e desamparo constitutivo, deve submeter-se. A mãe é para a criança um Outro absoluto, de caprichos, que escolhe ou não atender às necessidades do pequeno ser, e, portanto, sem lei. O primeiro tempo é também concomitante à formação do eu a partir do processo descrito por Lacan como estágio do espelho (LACAN, [1949] 1998), no qual a imagem do corpo próprio é prefigurada pela imagem do outro vista através do espelho. Tal identificação, que representará as origens da constituição da matriz imaginária, da relação eu-outro através da passagem do auto-erotismo (estágio do desenvolvimento marcado por vivências fragmentárias) ao narcisismo (experiência do corpo próprio como unidade) dependerá, por sua vez, de uma alienação às significações oferecidas por este Outro primordial — a imagem só adquirirá sua importância como resultado da ratificação por parte do Outro materno.

Em suma:

O fato de ocupar privilegiadamente o lugar de falo para a mãe introduz a criança num curto-circuito no qual a identificação fálica é, de um lado, o que lhe dá condições de fazer a passagem de um corpo despedaçado a uma unidade do eu; mas, de outro, é também o que mantém a criança em completo assujeitamento diante da onipotência do Outro (FARIA, 2003, p. 54).

Cabe ainda ressaltar que tal relação encontra-se de início sustentada por uma ilusão na medida em que o falo ao qual a criança se identifica, e aquele que completaria sua mãe, é, para a primeira, um objeto com estatuto imaginário. A isso contrapõe-se o fato de que o falo, para a mãe, já é, desde antes do nascimento de seu filho, um objeto simbólico, passagem esta que só

foi possível graças ao final de seu próprio Édipo. Em outras palavras, mesmo que já tenha adquirido estatuto simbólico para a mãe — prova inexorável da anterioridade lógica da ordem simbólica ao sujeito —, o falo enquanto “[...] objeto metonímico [...] ainda não se constituiu para a criança” (LACAN, [1957-1958] 2010, p. 208) e só o fará após o término do processo.

A passagem para o segundo tempo lógico é demarcada pelo abalo de tal identificação imaginária ao objeto de desejo da mãe. A criança encontra-se agora submetida à dialética de ser ou não ser o falo materno. Tal passagem só é possível a partir da constatação de que esta mãe não é fálica, não possui o falo, e, logo, a criança não pode mais sê-lo. Lacan explicará o sucedido a partir das ausências maternas, que indicarão para o *infans* que sua mãe procura algo para além de si mesmo — o pai, introduzido aqui inicialmente como um rival. Trata-se, portanto, do momento a partir do qual “a castração materna adquire valor como tal para a criança” (FARIA, 2003, p. 63). Diferentemente de Freud, que pensava a ativação do complexo de castração no próprio sujeito após a constatação da falta de pênis na mãe, Lacan pensará a castração materna a partir de suas ausências — não se trata da ausência do pênis, mas da própria mãe enquanto fálica. Em outros termos, “é porque a mãe pode estar presente ou não que pode ser situada uma falta, uma hiância, entre a criança e a mãe” (FARIA, 2003, p. 64). É a partir, portanto, dessa hiância que a criança poderá se questionar a respeito do significado do Desejo da Mãe, enigma para ela mesma (*x*).

A pergunta é: qual é o significado? O que quer essa mulher aí? Eu bem que gostaria que fosse a mim que ela quer, mas está muito claro que não é só a mim que ela quer. Há outra coisa que mexe com ela — é o *x*, o significado. E o significado das idas e vindas da mãe é o falo (LACAN, [1957-1958] 2010, p. 181).

Trata-se agora não mais de um Outro onipotente e de caprichos, mas um Outro faltante — por não possuir o falo e ter de ir buscá-lo alhures — e, portanto, desejante. É justamente aqui que o pai freudiano dá as caras. É um pai imaginário e tirânico, que intervém na relação entre a mãe e sua criança de modo a privar a primeira de reintegrar seu produto, e o segundo com um “não te deitarás com tua mãe”. Representante da lei primordial da proibição do incesto, este pai, que não é o pai da realidade, mas sim a função paterna em sua acepção imaginária, é, antes de tudo, uma interpretação da própria criança, na medida em que esta o situa ali em um lugar para o qual “encaminha o que foi percebido da relação com a mãe [...] o que faz do pai não a interdição em si, mas a atribuição de uma interdição” (FARIA, 2003, p. 71-72). Em suma: O pai é suposto possuir aquilo que a mãe deseja, o falo, e é através de sua intervenção que exercerá

uma função de separação na díade mãe-filho, proibindo o gozo e criando, mais tarde, o campo do desejo.

Cabe ainda ressaltar que o pai só é introduzido para a criança a partir do discurso materno — “é a mãe quem encaminha a mensagem que lhe é dirigida ao ‘tribunal superior’ que o pai representa” (PRATES, 2004, p. 154). A esse respeito, Miller (2014) argumenta que a mãe deve mostrar-se como desejante, almejando algo que não a criança, de tal modo que esta poderá imputar tal separação a uma figura terceira, o pai. “É preciso, ainda, que a criança não sature, para a mãe, a falta em que se apoia o seu desejo. [...] a mãe só é suficientemente boa se não o é em demasia, se os cuidados que ela dispensa à criança não a desviam de desejar enquanto mulher” (p. 2-3).

O segundo tempo é também marcado pelo início da simbolização, ilustrada inicialmente por Freud em *Além do princípio do prazer* ([1920] 2010) através do menino que brincava de esconder e fazer reaparecer seu carretel, acompanhando cada movimento de sons guturais aludindo ao distanciamento e à aproximação do objeto lúdico. Tal jogo, segundo a interpretação do autor, “estava relacionado à grande conquista, à renúncia instintual [...] por ele realizada, ao permitir a ausência da mãe sem protestar” (p. 173). Aqui, podemos compreender a passagem da mãe de objeto primordial ao estatuto de signo, mudança esta que só se opera através da mediação de um terceiro termo, o pai simbólico que será introduzido no terceiro tempo.

A passagem para o terceiro e último tempo implica, portanto, uma mudança no estatuto do pai. Este, não mais terrível e privador, agora “intervém como permissivo e doador — doador no nível da mãe” (LACAN, [1957-1958] 2010, p. 213). O pai, assim como no segundo tempo, também possui o falo, mas agora poderá também doá-lo, passando da onipotência à potência.

O objeto que faz do pai um pai doador é esse objeto que, podendo circular, pode ser dado tanto à mãe, como à criança [...] e deixa de ser um objeto do qual o pai estaria investido imaginariamente [...] (FARIA, 2003, p. 77).

Há também uma passagem do *ser* o falo para a dialética de tê-lo ou não. Isso implica a impossibilidade de qualquer um assumir o papel deste objeto ou detê-lo exclusivamente para si, assim como também reforça que não há meio de saturar o desejo materno. Este último aspecto é ilustrado por Lacan a partir do retorno da mãe que estava ausente. Se esta encontrava-se ausente para a criança pois foi buscar no pai o objeto que lhe falta, agora retorna para a primeira. O falo ganhará seu estatuto de objeto simbólico justamente pois é “algo que não preenche esse desejo [materno] completamente — por isso ela [a mãe] volta para a criança que, afinal, percebe-se dando também à mãe alguma satisfação” (FARIA, 2003, p. 79). Isso é o que

possibilita também ao pai assumir sua função como pai simbólico, como estandarte, suporte da lei.

Lacan, então, articulará os três tempos descritos em uma fórmula, a fórmula da Metáfora Paterna. Resumirá o processo sob a rubrica de que o significante paterno “vem no lugar da mãe, S em lugar de S’, sendo S’ a mãe como já ligada a alguma coisa que era o x , ou seja, o significado na relação com a mãe” (LACAN [1957-1958] 2010, p. 180). O pai como significante, a partir do segundo tempo lógico, passará a ter para a criança o significado do Desejo da Mãe, este que, por sua vez, é introduzido como primeiro elemento da simbolização a partir do momento em que esta mesma criança percebe a mãe como desejante.

$$\frac{\text{Pai}}{\text{Mãe}} \cdot \frac{\text{Mãe}}{x}$$

Figura 2: Primeiros termos da Metáfora Paterna (LACAN [1957-1958] 2010, p. 180).

Os produtos desta operação são uma nova significação, o falo,

[...] e a conexão metonímica do significante oculto, o desejo materno, com o resto da cadeia [...] É somente neste ponto que o falo deixa de ser o significado do desejo materno, e toma seu lugar como uma significação inacessível ao sujeito, que permanece sob a barra do recalque (FARIA, 2003, p. 83).

$$\text{Nome-do-Pai} \left(\frac{A}{\text{Falo}} \right)$$

Figura 3: Produto da operação da Metáfora Paterna (LACAN, [1958a] 1998, p. 563).

O que procede é uma ordenação do campo simbólico pelo significante recalcado do desejo — o falo —, inaugurando-se a cadeia significante do inconsciente, o que corresponde, por sua vez, ao recalque originário. O falo torna-se, portanto, o significante do desejo do Outro, “que permitirá ao sujeito atribuir significações a seus significantes, é o significante que, por excelência, permite ao sujeito situar-se na ordem simbólica e na partilha dos sexos como homem ou mulher” (QUINET, 2018, p. 13), a depender da posição deste mesmo sujeito em relação ao falo.

Cabe ressaltar que outro produto da passagem pelo Édipo, para o neurótico, seria a constituição da fantasia inconsciente. Esta funcionaria como uma “tela protetora” que

possibilitaria ao sujeito o contato com seus semelhantes e o mundo que o cerca, constituindo, assim, uma matriz psíquica que filtraria tais relações e mediaría o encontro do primeiro com o real, retendo destes apenas os traços que com ela se coadunariam (JORGE, 2010). Seria, antes de tudo, a moldura que enquadra sua realidade e sustenta seu desejo.

Tendo feito este percurso pela releitura estrutural do Édipo freudiano, podemos nos questionar: o que seria, portanto, este significante, o Nome-do-Pai? Lacan o identificará ao pai simbólico, o significante que autorizaria o texto da lei. Trata-se do termo que, “no Outro como sede da lei, representa o Outro. É o significante que dá esteio à lei, que promulga a lei [...] o Outro no Outro” (LACAN, [1957-1958] 2010, p. 152). Em outras palavras, é o termo que, instalando-se, inscrevendo-se no *locus* do Outro como tesouro dos significantes, autoriza-o também como lugar da Lei, fundando o próprio processo de significação. Possibilita também ao sujeito aceder à significação fálica, que se colocará no mesmo lugar onde antes havia o enigma do Desejo Materno (x) e o permitirá, como já mencionado, dar sentido a seu sexo, ou seja, posicionar-se frente à partilha dos sexos, situando-se como aquele que supõe possuir ou não o falo. Sua função ao longo do complexo de Édipo seria, portanto, a de “ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno” (LACAN, [1957-1958] 2010, p. 180).

É através da inscrição do Nome-do-Pai no Outro que se instaurará também o que Lacan denomina “ponto de capitonê” ou “ponto-de-basta” ([1955-1956] 2010), operação responsável pela amarração entre os campos significante-significado, determinando que a significação se produza retroativamente a partir da relação entre os significantes. Dessa maneira, é somente a partir do último termo enunciado que se poderá determinar, *a posteriori*, o sentido de uma fala. De modo a ilustrar a maneira pela qual a inscrição do Nome-do-Pai no lugar do código é responsável por deter o deslizamento da significação ao retroagir sobre este mesmo campo — sob o título de significação fálica —, Miller (1996, apud QUINET, 2018) proporá a seguinte célula:

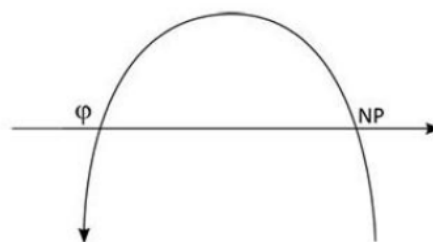


Figura 4: Célula elementar do grafo do desejo (QUINET, 2018, p. 15).

Neste esquema, observa-se como um dos vetores, descrevendo uma parábola, retroage sobre outro, produzindo duas intersecções, uma mais à frente, a inscrição do Nome-do-Pai no *locus* do Outro, lugar do código ao qual Lacan chama o “tesouro dos significantes”, e outra mais atrás, onde, conseqüentemente, instala-se a significação fálica no lugar próprio da mensagem, num efeito *après coup*.

Segundo Soler (2007), além de ser o responsável por reter a significação, o efeito de basta também introduziria o processo de historicização, garantindo coesão e continuidade à história do sujeito.

Na psicose, dada a forclusão do significante paterno, este não substitui o Desejo da Mãe, relegando ao sujeito uma posição análoga² àquela descrita por Lacan no primeiro tempo lógico do Édipo, em que a criança se encontra identificada ao falo que obturaria a falta materna. A criança estaria, portanto, presa à relação imaginária, de ilusão de completude, com a mãe. Não haveria uma reescrita do imaginário pelo registro simbólico; ao contrário, na psicose, o simbólico é “imaginarizado” — “é assimilado não como uma ordem radicalmente diferente, [...] mas assimilado simplesmente por imitação de outras pessoas” (FINK, 2018, p. 102), as chamadas “bengalas” imaginárias das quais o sujeito psicótico usufrui em sua vida cotidiana. Além disso, por não dispor da significação fálica que lhe permitiria a assunção de seu sexo, tal sujeito encontraria-se em uma problemática fora-do-sexo, que repercutiria em novas formas de gozo para além do registro fálico e condicionaria a atividade delirante, cujo papel principal seria o de obter uma significação sexuada, como veremos adiante.

À falta da metáfora originária corresponderia a dificuldade do sujeito psicótico em cunhar novas metáforas, assim como obter para si mesmo uma significação viável, vide a ausência do norteador fálico. A dimensão da ambigüidade e do duplo-sentido, própria ao registro simbólico, parece escapar-lhe, reduzindo-o a um discurso não-dialetizável, as palavras assumindo sua dimensão de literalidade. Calligaris (2013) teoriza que o saber psicótico que não toma o elemento fálico como operador de significação subjetiva, onde, portanto, não há instauração de um ponto-de-basta que estearia o discurso, sustentaria-se por um símile deste último: um “capitonage”, uma ligação simples e efetiva, porém não definitiva, entre os campos significante-significado. Para ilustrar, se refere ao jogo no qual posiciona-se um ímã embaixo de uma folha de papel e um pequeno pedaço de ferro em cima, de tal forma que mexendo-se o

² É uma condição análoga, visto que, como aponta Quinet (2018), não podemos falar que há propriamente passagem pelo Édipo na psicose.

primeiro, o segundo também se desloca sob a superfície do papel. Assim como na brincadeira descrita, no “capitonage” trata-se de uma ligação momentânea, intermitente, e que ofereceria uma significação, mesmo que instável, ao sujeito psicótico. Esta organização de saber, contudo, encontra-se frequentemente ameaçada, quando do desencadeamento da crise psicótica propriamente dita.

A falta do ponto-de-basta também repercutiria na própria historicização do sujeito, visto que, diferentemente da neurose, que possui componentes infantis determinantes, na psicose, “os arquivos foram queimados” (QUINET, 2018, p. 140). Tal consideração permite entender o que Lacan propõe ao dizer que “[...] a psicose não tem pré-história” ([1955-1956] 2010, p. 106).

É também por causa desta falta simbólica, da falta do Nome-do-Pai como organizador psíquico, que constatamos os diversos distúrbios de linguagem e efeitos nos registros imaginário e real. É justamente isso que Lacan procurará formalizar em seu texto do mesmo período, *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* ([1958a] 1998).

Neste escrito, o autor buscará sintetizar suas principais considerações do seminário dedicado às psicoses dos anos precedentes, aliando-as à sua releitura estrutural do Édipo freudiano. Situará a forclusão do significante Nome-do-Pai a partir de seus efeitos linguísticos, os distúrbios de linguagem, índices basais da estruturação psicótica, a saber os fenômenos de código e de mensagem. Os primeiros corresponderiam a uma separação radical entre significante e significado por falta do já mencionado ponto-de-basta e abarcariam: os neologismos, “novas palavras compostas, mas numa composição conforme às regras da língua do paciente” (LACAN, [1958a] 1998, p. 544); os fenômenos de vazio de significação; e a intuição, “efeito do significante, na medida em que seu grau de certeza [...] adquire um peso proporcional ao vazio enigmático que se apresenta inicialmente no lugar da própria significação” (LACAN, [1958a] 1998, p. 545). O segundo grupo, os fenômenos de mensagem, corresponderiam, por sua vez, às mensagens interrompidas, frases cujo sentido fica suspenso e que “se interrompem no ponto em que os termos no código indicam a posição do sujeito [...]” (QUINET, 2018, p. 18).

3. 3 Crise e estabilização da psicose no primeiro ensino de Lacan

Lacan também retomará um de seus esquemas apresentado em anos anteriores, o esquema L.

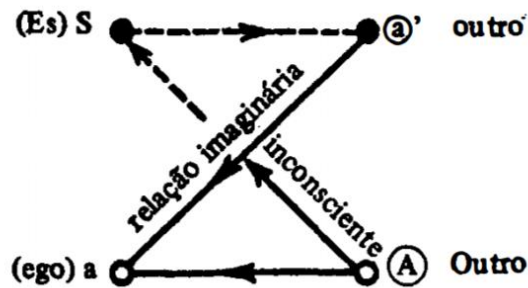


Figura 5: Esquema L (LACAN, [1954-1955] 1987, p. 307).

Neste, encontra-se ilustrado o processo de constituição do sujeito psíquico, em sua vertente simbólica, assim como sua diferenciação do registro imaginário, de tal modo que “o estado do sujeito S (neurose ou psicose) depende do que se desenrola no Outro A” (LACAN, [1958a] 1998, p. 555). É a partir da passagem pelo complexo de Édipo, como vimos, que o registro imaginário será reescrito pelo simbólico, submetendo-se à Lei, que também originará o desejo. Isso indica, novamente, a precedência do Outro frente aos demais elementos do esquema, o que é indicado neste a partir da constatação de que todos os vetores saem de A, mas nenhum o alcança.

A castração no Outro resultará, para o sujeito neurótico, na inconsistência deste. É lá que se depositarão as perguntas relacionadas a sua existência, as quais não poderão ser acessadas diretamente — dado o impedimento pelo muro da linguagem³, que é ilustrado pela seta da “relação imaginária” $a-a'$ —, mas somente sob a forma de enigmas. Isso se consolida para o sujeito na forma de uma pergunta articulada: “Que sou eu nisso?”, que “conjuga seu mistério ao enodá-lo aos símbolos da procriação e da morte” (EIDELSZTEIN, 2018, p. 82), ao sexo e ao ser. Assim, entendemos o sentido da afirmação lacaniana “A estrutura de uma neurose é essencialmente uma questão [...]” (LACAN, [1955-1956] 2010, p. 204).

Na psicose, dada a não inscrição do significante paterno no lugar do Outro (A), este último não se consolidaria como registro simbólico. O Outro não é castrado, faltante, mas sim onipotente. Não se encontra submetido às leis da filiação e do pacto simbólico, o que afetaria, por sua vez, a própria constituição do sujeito, que se reduz ao registro imaginário. Há, portanto, uma oscilação a nível da designação subjetiva: “[...] o eu (*je*) do sujeito da enunciação, que designa o sujeito enquanto tal, permanece oscilante, pois não tem um assentamento simbólico”

³ Trata-se da linguagem em sua acepção imaginária, distinguindo-se da fala e da língua, que estariam, por sua vez, a nível da enunciação e, portanto, simbólico.

(QUINET, 2018, p. 51). Tal instabilidade se torna evidente quando do desencadeamento do processo psicótico, onde devemos inquirir o que se passará para o sujeito quando este se defrontar com a questão sobre sua existência, ali onde não há significante, “quando é o buraco, a falta que se faz sentir como tal” (LACAN [1955-1956] 2010, p. 237).

De modo a exemplificar a maneira pela qual se dá a crise psicótica, Lacan retomará um caso inicialmente trazido por ele anos antes, também em seu seminário dedicado às psicoses. Trata-se do caso da “açougueira”, uma mulher que alucina o significante injurioso “Porca!” ao cruzar com o amante de sua vizinha, injúria esta que é precedida pelo fatídico pensamento que, aliado a primeira, desvela a posição do sujeito psicótico como objeto de gozo do Outro — “Eu venho do salsicheiro”. O caso será pensado a partir da história desta paciente, que, após se casar, mudou-se com o marido para viver com sua família no campo. Chega um dia, porém, que a paciente em questão decide fugir, pois pensa que o marido e sua família desejavam cortar-lhe em pedaços, tal qual um suíno, um *porco*. Assim, volta a morar com sua mãe, com quem manteve desde sempre uma relação de completude imaginária.

Trata-se, portanto, de um caso de retorno a partir do Real de algo foracluído a nível Simbólico e da irrupção de “Um pai”, elemento desencadeador aqui personificado pela figura do amante da vizinha, que provoca a desestabilização de uma relação de complementaridade a nível imaginário — neste caso, a relação que a paciente firmava com sua mãe em uma espécie de “delírio a dois”. Tal irrupção corresponde a um chamado ao Nome-do-Pai, chamado este que demanda uma resposta a nível simbólico por parte do sujeito psicótico, que, por sua vez, não disporá de tal recurso.

Seria uma injunção a referir-se a uma amarragem fixa, central, que distribuiria o universo fálico, uma função paterna. Trata-se de um chamado que, segundo Quinet (2018), “pode dar-se quando o sujeito é instado a ocupar uma função que corresponde a uma função simbólica de pai” (p. 23). Nesse sentido, a alucinação “Porca!” apareceria neste lugar de suplência, de representação do sujeito para o Outro. Um S_1 , um significante-mestre fora da cadeia que desvelaria seu nome de gozo frente a este Outro e que falaria no Real, na forma de alucinação auditiva, visto que a função a que é chamado a ocupar não se encontra simbolizada pelo sujeito.

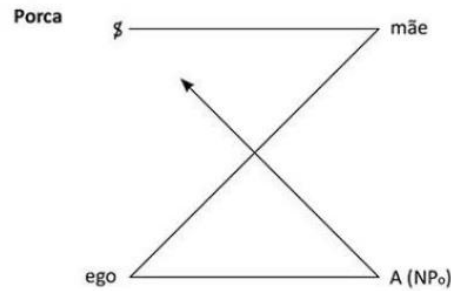


Figura 6: Esquema L na “Porca!” (QUINET, 2018, p. 51).

Cabe aqui apontar, segundo Calligaris (2013), que o que se encontra foracluído a nível simbólico é o Nome-do-Pai enquanto função paterna, e não os significantes relativos ao pai e ao quadro edípico, que, assim como quaisquer outros significantes, fariam parte do saber do sujeito. Em outras palavras, não se deve pensar que o processo psicótico se daria devido à supressão da constelação significante paterna definida⁴ — que, em uma neurose, ao ser simbolizada, ocuparia função centralizadora —, mas sim devido à exclusão desta mesma função que elevaria o estatuto destes significantes, função esta cujo retorno a partir do real será *apenas* veiculado por tais conjuntos significantes, como é o caso do “Porca!”. A singularidade de tal constelação é também o que possibilitará ao sujeito a construção, ou não, de uma metáfora delirante *sui generis*, como veremos.

Assim, reivindicando a precedência e determinação da linguagem sobre a psicose, retirando-a do campo do déficit orgânico e da psicopatologia, e classificando-a como uma estrutura, um modo de posicionamento diferente frente ao Outro, Lacan se dirigirá a uma nova crítica a respeito do que a psiquiatria compreende a respeito do “fenômeno elementar”, as alucinações. Para tal, retomará algumas das considerações de Freud em seu artigo *A perda da realidade na neurose e na psicose* ([1924] 2011), sobretudo a respeito da constituição da realidade psíquica em ambas as estruturas. Partindo do esquema L, proporá que a este se acrescente o processo edípico, criando, assim, o esquema R.

⁴ Prova disso é que muitas vezes o sujeito psicótico não possui qualquer dificuldade para falar a respeito de sua constelação edípica, visto que isto não lhe é inacessível. “O que é inacessível é a organização do seu saber ao redor dessa função [paterna]” (CALLIGARIS, 2013, p. 61).

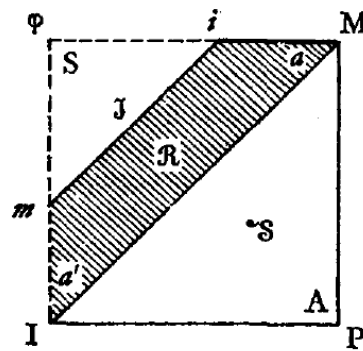


Figura 7: Esquema R (LACAN, [1958a] 1998, p. 559).

Alfredo Eidelsztein (2018) o qualifica como “a teorização da função paterna na articulação, no enodamento peculiar do simbólico, do imaginário e do real, que é a neurose” (p. 87). Trata-se de uma superfície topológica em formato de quadrilátero, este composto por dois triângulos, assim como um trapézio hachurado que se encontra incorporado a um e sustentado pelo outro. Verifiquemos a construção do esquema por partes:

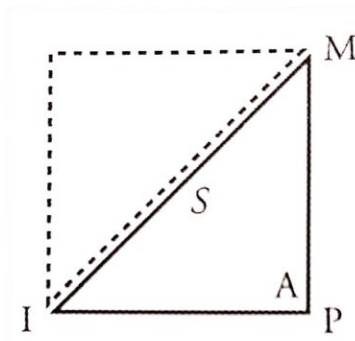


Figura 8: Esquema R parcial (EIDELSZTEIN, 2018, p. 94)

O primeiro triângulo, de linhas consistentes (PMI), representará a ordem simbólica, englobando a identificação ideal (I), que é sustentada a partir do Nome-do-Pai (P) e sua inscrição no campo materno, o Outro primordial (M). O segundo triângulo, de linhas pontilhadas ($\phi aa'$), por sua vez, englobará aquilo que não for propriamente simbólico. Este se dividirá entre um triângulo menor (Sim) e um quadrângulo ($iMIm$) que não será o Real, mas o campo da Realidade responsável por encobri-lo, vide as hachuras que apresentará no esquema final. Trata-se, portanto, neste esquema de dois ternários, um simbólico e um imaginário, homólogos, que se tocam a partir de uma borda qualitativamente equivalente — “a dupla MI

recobre a sua homóloga, a dupla aa' , ou seja, as duplas correspondentes às bases de ambos os triângulos” (EIDELSZTEIN, 2018, p. 97).

O triângulo menor, “do sujeito no imaginário” (EIDELSZTEIN, 2018, p. 96) (*Sim*), configura-se como o par imaginário do primeiro tempo lógico da constituição subjetiva, a identificação da criança ao objeto de desejo de sua mãe, o falo (φ). Compreende também aquilo que Lacan descreve através do estádio do espelho, onde uma primeira imagem de si como unidade corporal, o *moi*, o *eu* (m) é fundado a partir da imagem do semelhante (i).

Ressalta-se que o eixo imaginário $a-a'$ presente no esquema L aqui se desdobrará em duas retas paralelas (mi e MI) quando da adição do tripé simbólico. Estas, por sua vez, servirão de base para a formação do quadrilátero $iMIm$, a faixa da realidade. Esta, por se sustentar a partir da tríade simbólica, encontra-se ordenada pelas relações do sujeito com a linguagem. É o que consiste a tese defendida por Lacan: o que é percebido, a realidade enquanto tal encontra-se estruturada pelo símbolo. No esquema, essa faixa se constitui de tal forma que de m a I se situarão todas as formas do outro imaginário e de i a M , todos os modelos de identificação (QUINET, 2018, p. 54). Assim, temos que os pontos de sustentação da realidade do sujeito são, do lado simbólico, o Nome-do-Pai no *locus* do Outro, e, no lado imaginário, a significação fálica.

Em uma nota posterior, de 1966, quando da publicação do texto em seu volume compilado dos *Escritos* (1998), Lacan, aliado de novos recursos para abordar o Real dos quais não dispunha em 1958, tecerá novas considerações a respeito do esquema R. Recorrerá novamente à topologia, agora equivalendo o quadrângulo da realidade $iMIm$ a uma Banda de Möbius. Esta se constitui a partir da colagem de dois lados de uma fita, aplicando antes uma torção, produzindo assim, uma superfície topológica de uma única face e uma única borda. Partindo disso, Lacan construirá um plano projetivo que quando aplicado ao esquema R ressaltará a heterogeneidade de um objeto, que este chamará de objeto a , “[...] o marco do fantasma que sustenta o campo da realidade, por meio de sua extração mesma” (EIDELSZTEIN, 2018, p. 110) e o situará no esquema na função do corte. Definirá, portanto, a sustentação da realidade psíquica a partir da elisão da dimensão Real, relacionada agora a este objeto condensador de gozo. Miller (1996) oferece um esquema para ilustrar este processo a partir do qual a realidade é “enquadrada” pela extração deste elemento:

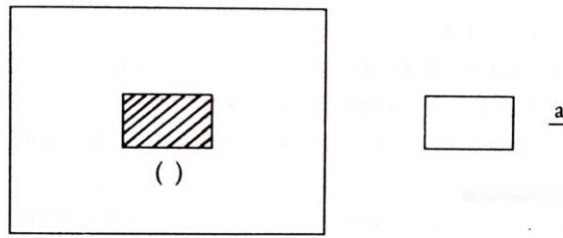


Figura 9: Extração do objeto a do campo da realidade (MILLER, 1996, p. 151).

Observa-se que é o destacamento do quadrado menor, aqui representado pelo objeto a que proporciona o enquadramento do resto da superfície — “[...] o objeto a é como um retalho de superfície, e é sua subtração da realidade que a enquadra” (MILLER, 1996, p. 152). Isso constitui, por sua vez, a janela da fantasia de todo e qualquer neurótico, a tela a partir da qual este vê o mundo.

Resumindo, temos que:

A realidade é condicionada pelo Simbólico, formatada pelo Imaginário, sustentando-se pela extração do objeto (a), o qual não se encontra nem no tempo nem no espaço de nossa realidade. [...] É a inclusão do significante do Nome-do-Pai no Outro estruturante da realidade que produz a expulsão do objeto a do campo da realidade para o sujeito (QUINET, 2018, p. 55).

Na psicose, dada a ausência da operação metafórica essencial, a significação fálica não advém (NP_0 , logo Φ_0), o que é comprovado a partir da já mencionada correspondência topológica entre os pontos P e φ . Isso resulta que, frente ao encontro com o Um pai real que não possui correspondente simbólico e o furo aberto por este no campo do significado, o sujeito se vê submetido àquilo que Lacan designa a “[...] cascata de remanejamentos do significante de onde provém o desastre crescente do imaginário” (LACAN, [1958a] 1998, p. 584). Trata-se do estado crepuscular que, por sua vez, poderá desembocar na regressão tópica ao estágio do espelho. É o que testemunhamos no caso de Schreber, em conjunção com suas fantasias acerca de seus semelhantes, que passa a considerar “homens feitos às pressas”.

Abordando a questão referente à estabilização da psicose desencadeada, Lacan tomará como norte ainda o caso de Schreber, consistindo, assim, em um primeiro paradigma da psicose em seu ensino. Apresenta-nos, então, com seu Esquema I, o “esquema de Schreber”.

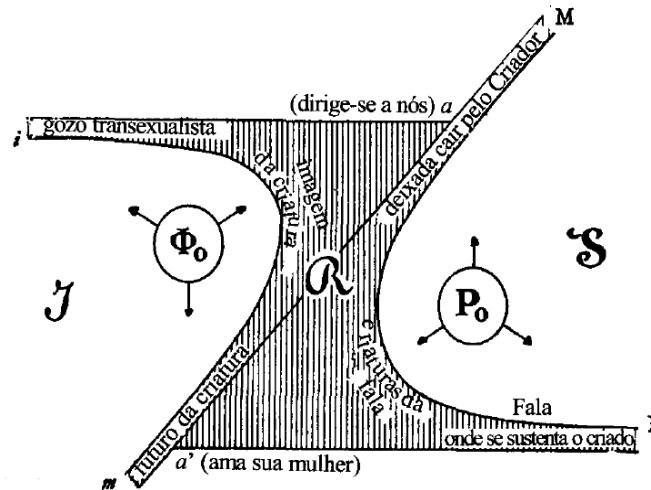


Figura 10: Esquema I (LACAN, [1958a] 1998, p. 578).

Trata-se de uma versão distorcida do Esquema R na qual testemunham-se os efeitos da não-extração do objeto a do campo da Realidade, resultado direto da não-operatória do Nome-do-Pai, que não restringiu a relação da criança com seu objeto primordial. O principal destes efeitos é a infinitização, apreendida no delírio schreberiano e representada sobretudo a partir das curvas hipérbolas e das retas assíntotas que as acompanham. No interior das primeiras apresentam-se os dois furos, imaginário (Φ_0) e simbólico (NP_0).

Cabe ressaltar que o Esquema I não seria generalizável para toda e qualquer psicose. Seria, ao contrário, mais adequado para pensar a formalização de uma psicose paranoica com um delírio bem constituído, uma “solução elegante” nas palavras de Lacan ([1958a] 1998), e que seria o caso do Presidente Schreber.

A particularidade deste esquema está em que

No esquema I, a manutenção do trajeto $Saa'A$ simboliza [...] que a relação com o outro como semelhante [...] são perfeitamente compatíveis com a relação fora-do-eixo com o grande Outro e com tudo o que ela comporta de anomalia radical [...] (LACAN [1958a] 1998, p. 580).

Em outras palavras, mantém-se o trajeto “em Z” originalmente descrito pelo Esquema L, só que com outros termos ocupando cada posição. Trata-se de uma torção no sentido anti-horário dos elementos que estavam enlaçados no esquema R, uma “distorção centrífuga” (EIDELSZTEIN, 2018).

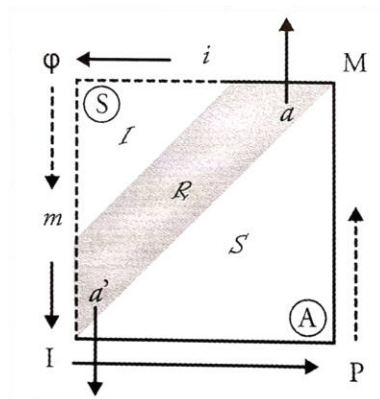


Figura 11: A “distorção centrífuga” no Esquema R (EIDELSZTEIN, 2018, p. 116).

Lacan definirá: “Toda a espessura da criatura real, ao contrário, interpõe-se para o sujeito entre o gozo narcísico de sua imagem [*i*] e a alienação da fala em que o Ideal do eu [*I*] assumiu o lugar do Outro” (LACAN, [1958a] 1998, p. 578).

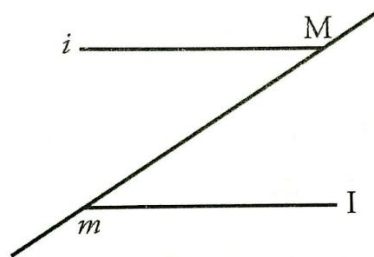


Figura 12: Esquema em Z de Schreber (EIDELSZTEIN, 2018, p. 115).

Aqui vemos como *i*, o gozo de imagem transsexual de Schreber ao se olhar no espelho, ocupará o lugar da significação fálica (φ) que se encontra “zerificada”. Seu “eu” (*m*), aqui transformado pelo processo delirante em “Mulher de Deus”, apresenta-se em uma relação assíntota com o Criador (*M*), único elemento que parece não ter sido deslocado, o Outro primordial, o primeiro significante a ser introduzido no processo geral de simbolização. Trata-se de uma relação que tende ao infinito, elemento já destacado na análise empreendida por Freud ([1911] 2010), visto que o delírio de desvirilização e a promessa da geração de uma nova prole de homens schreberianos que povoariam o mundo seria sempre adiado para um futuro indeterminado.

Diferentemente do Esquema R, este *M*, contudo, não se encontra articulado ao Nome-do-Pai e à significação fálica, não mediado, portanto, pela via metafórica, tornando-se absoluto, um Outro de gozo não interdito que invade o sujeito, ameaçando-o em sua integridade.

Por fim, ressalta-se a função ocupada neste esquema pelo Ideal do eu (*I*), a “Ordem do Mundo” no delírio schreberiano. Esta encontra-se exatamente no lugar antes ocupado pelo Nome-do-Pai (*P*) e faria de Schreber seu garante. Aqui desvela-se a condição do sujeito psicótico frente ao saber, que, diferentemente do neurótico que atribui a seu Pai simbólico um saber sobre sua existência — tornando-o este um *sujeito suposto saber* —, deve sustentar e produzir por si mesmo a rede, o tecido deste saber (CALLIGARIS, 2013).

Assim, na trilha de Freud ([1911] 2010) observamos com clareza a função do delírio como processo de cura. No caso de Schreber, o delírio de emasculação assume uma posição de suplência “ao fazer o Ideal entrar no lugar do Nome-do-Pai e no lugar da significação fálica, a significação da feminização de Schreber” (SOLER, 2007, p. 202). Assim, Schreber compõe sua própria metáfora delirante como princípio de estabilização. Trata-se de uma protometáfora similar à metáfora paterna neurótica que opera um efeito de filiação, mas desta vez com uma função paterna que se encontra no Real. Assim como a metáfora paterna do neurótico logra a distribuição da significação sexuada do lado masculino ou feminino, o delírio de emasculação de Schreber busca o mesmo resultado, mas no Real de uma operação de travestimento, de transformação sexual⁵.

Para Calligaris (2013), o trabalho do delírio terá como finalidade produzir “[...] uma nova organização do saber do sujeito ao redor deste polo central que vai permanecer no Real” (p. 62). É a partir da metáfora delirante que o sujeito psicótico alcançará o nível a partir do qual significado e significante estabilizam-se, criando, assim, um ponto-de-basta substitutivo e produzindo uma significação possível que o sustente no mundo.

Ainda com relação aos esquemas dispostos em *De uma questão preliminar* (LACAN, [1958a] 1998), depreende-se que o principal efeito da não-extração do objeto *a* do campo da realidade seria, portanto, a aparição, para o sujeito, do objeto da pulsão escópica, o “olhar”, e do objeto “voz” no terreno mesmo de sua realidade sob a forma de alucinações visuais e auditivas.

⁵ Deve-se salientar que se trata de uma experiência de transformação, e não de transição sexual propriamente dita. Interpreta-se que Schreber deve se transformar em mulher unicamente para cumprir uma função, a saber, copular com Deus a fim de conceber uma nova raça de homens. Salienta-se, também, que o travestimento de Schreber, assim como o fenômeno de “empuxo-à-mulher” (*pousse à la femme*, nos termos de Lacan) característico de muitos casos de psicose, não deve ser igualado à transexualidade.

A partir dos anos 60, Lacan, tateando o domínio do Real, se encontrará às voltas com um novo conceito: o gozo, *jouissance*. Este corresponderia à satisfação pulsional relacionada a repetição, remetendo ao conceito de Pulsão de Morte, inicialmente elaborado por Freud em seu texto *Além do princípio do prazer* ([1920] 2010). Trata-se de “[...] um impulso desenfreado para o prazer, que gera repetição, excesso, desprazer, sensações devastadoras que põem em xeque nosso equilíbrio” (CASTRO, 2011, p. 1421). Para Lacan, a relação mãe-criança do primeiro tempo lógico do Édipo seria um momento mítico, logicamente anterior à entrada na linguagem, em que o gozo encontrar-se-ia presente. À medida em que há a inserção do pequeno ser na ordem simbólica, se dá uma perda inaugural deste gozo, o que nos permite entender o aforismo “o gozo está vedado a quem fala como tal” (LACAN, [1960] 1998, p. 836). O Nome-do-Pai e seu efeito metafórico frente ao desejo materno, assim como a ordem simbólica como um todo, consolidar-se-iam, portanto, como um modo específico de se contrapor ao gozo, limitando-o exclusivamente a sua modalidade fálica.

Imbuído desta nova compreensão, Lacan, em sua *Apresentação das Memórias de um doente dos nervos* ([1966] 2003), prefácio à obra de Schreber, busca oferecer uma nova leitura acerca da paranoia. Esta seria antes uma revisão acerca do que foi teorizado alguns anos antes a respeito do caso de Schreber e resume-se nisso: nesta entidade clínica, o gozo se encontra no lugar do Outro. Trata-se de um Outro não-barrado — e, portanto, não esvaziado de gozo como o é para o neurótico —, que usufrui do sujeito, absorvendo-o como objeto. Schreber, em seu delírio de desvirilização, assumirá justamente esta posição de complementação ao Outro ao intitular-se “Mulher de Deus”. Schreber também se torna o texto a partir do qual Deus goza, e que se rasga quando abandonado por este. Trata-se da retenção (*Verhaltung*) de um significante-mestre ideal que significará para o sujeito o Desejo da Mãe e que o reterá “[...] em um modo dado de gozo, possibilitando-lhe as tentativas de estabelecimento de laços sociais, pois é a sua maneira de representar-se no significante como um sujeito” (QUINET, 2009, p. 61).

Aqui delinea-se mais claramente a distinção realizada entre paranoia e esquizofrenia, entidades clínicas que, mesmo possuindo um denominador comum, a saber a forclusão da Metáfora Paterna no campo do Outro, diferenciam-se no tocante à relação com o gozo. Enquanto na paranoia o gozo encontra no Outro um contorno que o limita, na esquizofrenia trata-se de um gozo intempestivo que invade o corpo. É um corpo fragmentado, muito aquém do narcisismo, onde predominam pulsões dispersas, uma pulverização do gozo e que remete a um Outro fragmentado. A respeito do esquizofrênico, Lacan ([1972] 2003) afirmará que este enfrenta seus órgãos sem a ajuda de um discurso estabelecido, discurso este que, segundo Soler

(2007), serviria para “instaurar limites, barreiras padronizadas ao gozo” (p. 122). A autora salienta que, diferentemente da paranoia, na esquizofrenia “o sujeito joga sozinho, sem o Outro, ficando privado do recurso à perseguição como tentativa de cura [...]” (p. 124). Neste tipo clínico, portanto, observa-se que o Outro não se encontra subjetivado; conseqüentemente, não desaloja o gozo do corpo.

A respeito da posição do paranoico e a sua estabilização, Quinet (2018) resume:

[...] é uma tentativa de barrar o gozo do campo da realidade, delimitando-o e contendo-o no lugar do Outro. O delírio localiza assim o gozo no campo do Outro. Schreber se exhibe como mulher diante do espelho do Outro para fazê-lo gozar. Essa configuração demonstra que o registro do imaginário contém o real do gozo, como podemos inferir através da jubilação do estádio do espelho (p. 58).

Trata-se, para o paranoico, portanto, de reintroduzir o gozo no lugar do Outro, lugar este que, como mencionado reiteradamente por Lacan, deveria ser vazio de gozo, deserto de gozo. É justamente por isso que se constata os fenômenos de gozo anômalo nas psicoses: não haveria separação entre o significante e o gozo. O primeiro não exerceria sua função de limitar o segundo — seria, antes, seu veículo e objeto, vide os pensamentos de volúpia do Deus de Schreber.

Colette Soler (2007) aponta que a nova abordagem da psicose paranoica a partir da articulação simbólico-real e da relação do sujeito com o gozo, antes de ser uma superação da tese original acerca da forclusão do significante Nome-do-Pai, que poderia ser mais bem enquadrada como uma articulação simbólico-imaginário, apresenta-se como uma complementação desta. Dirá: “[...] desde o começo [...] estava assinalada ou pelo menos implicada a incidência do Nome-do-Pai no gozo, incidência esta exercida no sentido de uma limitação do gozo” (p. 18).

A autora também aponta diferentes maneiras de estabilização na psicose, as quais podem classificar-se a partir dos diferentes modos de tratar o gozo que irrompe no real. De um lado teríamos a possibilidade de um tratamento a partir do registro simbólico, entre os quais encontram-se a já referida metáfora delirante, que visaria suprir a falta da significação fálica a partir da construção de um novo mito — um simbólico de suplência —, assim como algumas produções artísticas, as chamadas sublimações criacionistas, homogêneas ao processo delirante. Outras, porém, apresentam-se da ordem de um tratamento pela via mesma do real, cujo exemplo primoroso é, como veremos, a obra de James Joyce, poeta e romancista irlandês sobre o qual Lacan debruçou-se ao longo dos últimos anos de seu ensino, e que, apesar de usar de um dos principais elementos simbólicos, a literatura, a emprega em sua acepção de sem-sentido,

característica própria do que subsiste à simbolização. Outros exemplos de tal solução que não procede do simbólico constituem as passagens ao ato automutiladoras e heteromutiladoras, que visam realizar em ato o efeito máximo do simbólico de negativização do vivo, vide o aforismo hegeliano “a palavra mata a coisa”. “[...] a mutilação real emerge à proporção da falta de eficácia da castração, a um ponto em que às vezes adquire importância diagnóstica” (SOLER, 2007, p. 189). Tais atos, segundo a autora, apesar de oferecerem uma solução temporária às invasões no real, encontram-se destinados a repetirem-se indeterminadamente, não sendo, portanto, estabilizadores eficazes do processo psicótico.

3. 4 A direção do tratamento possível

A proposta de Lacan, neste primeiro momento de seu ensino, é a de que o psicanalista exerça a função de “secretário do alienado”. Como indica o autor em seu *Seminário 3 — as psicoses* ([1955-1956] 2010), o termo é adotado em detrimento da figura do alienista, forma pela qual eram chamados, na virada do século XVIII para o século XIX, os médicos especializados no tratamento das doenças mentais e cujos pacientes eram taxados de “alienados”, termo pejorativo e que indicaria, por sua vez, uma menos-valia. A tais “alienados” não era concedido lugar para que estes relatassem seu sofrimento; o tratamento era estritamente baseado em um método físico-moral e dispendido de forma genérica, tendo como norte os tratados médico-filosóficos de Phillippe Pinel, modelo central de tal movimento. A proposta de Lacan, explicitada quando este dedica um seminário inteiro à leitura cuidadosa das memórias de Schreber, é a de que se deve dar valor ao testemunho do louco, por mais perturbadas que estejam suas ligações com o mundo exterior.

[...] se soubermos escutar, o delírio das psicoses alucinatórias crônicas manifesta uma relação muito específica do sujeito em relação ao conjunto do sistema da linguagem em suas diferentes ordens. Só o doente pode testemunhar isso, e ele o testemunha com a maior energia (LACAN, [1955-1956] 2010, p. 243).

Metodologicamente, estamos, portanto, no direito de aceitar o testemunho do alienado em sua posição em relação à linguagem, e devemos tê-lo em conta na análise de conjunto das relações do sujeito com a linguagem (LACAN, [1955-1956] 2010, p. 244).

Todo tratamento possível para a psicose deve partir da singularidade do sujeito e da maneira particular como este relaciona-se com o campo da linguagem, do Outro. Deve-se, como indica Lacan, levar em conta o que há de constitutivo na psicose — uma questão preliminar a

todo tratamento que se visa empreender —, a saber, a forclusão do Nome-do-Pai no campo do Outro, a elisão da significação fálica e seus efeitos nas relações que tais sujeitos estabelecerão com o mundo que os cerca. Secretariar o “alienado” seria, portanto, acompanhá-lo em seus percalços, facilitando suas construções de sentido capazes de sustentá-lo de forma viável no laço social. Trata-se de uma posição que, embora participativa, se reserva na maior parte do tempo aos bastidores e à plateia, oferecendo ao psicótico todo o palco para si. Lacan comenta que é justamente esta posição que Schreber, ao relatar suas desventuras reserva ao leitor: como testemunha de sua relação como sujeito com o Outro.

Cabe ressaltar que em um tratamento analítico é imperativo evitar a imposição de normas neuróticas, “normalizantes” a pacientes psicóticos, visando adequá-los a qualquer norma, ou seja, transformá-los em neuróticos; isso torna inviável todo e qualquer processo terapêutico. Cabe, ao contrário, a cada sujeito assim estruturado construir para si mesmo uma metáfora própria e que lhe ofereça um lugar possível de ser ocupado em seu mundo circundante. Em outras palavras, permitindo-o, enfim, realizar o trabalho de autocura característico das formações delirantes.

No que tange ao lugar ocupado pelo analista na transferência com um paciente psicótico, entende-se que, ao lidar com um paciente assim estruturado, o analista deve se abster de ocupar o lugar do Outro, como lugar onde se estabelece o sentido, como geralmente o faz em maior medida no tratamento de neuróticos. Não se deve, segundo Fink (2018), tentar exercer um papel simbólico e pôr algo em “oposição simbólica” (LACAN, [1958a] 1998, p. 584) ao registro do imaginário, ou, em outras palavras, tentar triangular, “[...] introduzir um terceiro ‘externo’ numa relação diádica” (FINK, 2018, p. 118). Agir dessa forma seria, antes, uma forma de presentificar o Um pai, o apelo à função simbólica que não se encontra inscrita para o psicótico, o que contribuiria, por sua vez, para o desencadeamento de uma crise e para a crepusculização do saber.

Calligaris (2013) alerta para a precaução que o analista incumbido de um paciente com esta estrutura deve ter com seus ditos, visto que estes podem ser tanto tomados como enunciados de um Outro real, impondo-se para o sujeito na forma de alucinações auditivas, como uma demanda devorante deste. Sobre esta última posição da transferência, o autor diz: “O analista tem de considerar que, apesar de ele falar desde um registro simbólico, a sua fala vai ser percebida como um pedido imaginário” (p. 86), uma demanda deste Outro para que o sujeito se ofereça como objeto de seu gozo. As duas posições — o polo paterno no real e a demanda

imaginária do Outro — se encontram numa dialética contínua, podendo variar ao longo de uma mesma sessão.

Nesse sentido, Quinet (2018) ressalta quão fundamental torna-se a manobra da transferência quando se trata de psicose: “Manobrar a transferência é dirigi-la com o objetivo estratégico de barrar o gozo do Outro que invade o sujeito na psicose” (p. 136).

Sobre a direção do tratamento o autor dirá:

Trata-se para o analista de orientar a direção da cura do psicótico no sentido de passar do Outro não barrado ao Outro barrado: $A \rightarrow \mathcal{A}$. Isto significa promover o esvaziamento do Outro, provocar a falta no Outro, criando condições para fazer advir o significante e barrar o gozo proibido àquele que fala. Se a única maneira de cingir o real é por intermédio do simbólico, é pela fala que algo de esvaziamento do gozo pode vir a se produzir (p. 138).

Apesar da proposta inicial não se modificar, qual seja, tratar o real do gozo intempestivo que assola o sujeito a partir do simbólico, do colocar em palavras próprio da estrutura do simbólico regida pela lógica do significante e fazê-lo encontrar, assim, uma significação possível para sua existência e que não o deixe à mercê dos caprichos de um Outro consistente, o último ensino de Lacan, como veremos adiante, opera uma torção importante no que tange a maneira de conceber a direção do tratamento na psicose.

4 A FORACLUSÃO NA SEGUNDA CLÍNICA DE LACAN: RUMO A FORACLUSÃO GENERALIZADA

O último ensino de Lacan⁶, como muitos optam por designá-lo, compreende o período desde o final dos anos 60 até o final da vida do psicanalista e representa um giro teórico nas concepções até então trabalhadas. Opera-se um salto radical em relação àquilo que o precedeu, salto este que, apesar de ser visto por muitos como sem precedentes, ainda se fundamenta sobre seu principal axioma — o inconsciente estruturado como linguagem.

Estes últimos anos caracterizam-se, sobretudo, por mudanças de enfoque. Não se trata mais da preponderância do registro simbólico sobre os demais, mas da equivalência entre os três, que será formalizada a partir da figura topológica do nó borromeano, a ser trabalhado neste capítulo. Buscando se aproximar do real em jogo na constituição de todo e qualquer sujeito humano, Lacan apelará para novos artifícios, como a lógica formal e a topologia de superfícies, num esforço surpreendente de conceitualizar o inefável, escrevendo os limites do real. Afirmará a ex-sistência⁷ de um núcleo real, impassível de simbolização, no cerne do inconsciente, hipótese essa que condicionará uma série de mudanças em sua teorização geral, sobretudo em conceitos já bem sedimentados, entre eles o sintoma, o Outro e a própria noção de sujeito do inconsciente.

Este capítulo visa expor de forma sucinta as principais passagens deste período final do ensino de Lacan, visando extrair as consequências clínicas de seus pressupostos, estabelecendo diferenças para com o precedente e o que disso resulta no que tange a conceitualização da psicose e de seu mecanismo causador, a foraclusão.

4.1 “O Outro não existe” e o furo estrutural do *falasser*

Em 1964, ao iniciar mais um de seus seminários anuais, Lacan é surpreendido por uma notificação. Este, devido a um descontentamento com a sua forma de transmissão da

⁶ A respeito da divisão do ensino de Lacan em dois momentos, se pode pensar, assim como Colette Soler (2012), que “[...] apesar da lógica das passagens, um tempo dois não se deduz pura e simplesmente de um tempo um, mas, mesmo assim, não deixa de ser dele proveniente e tampouco, mas isso é mais conhecido, de esclarecê-lo retroativamente” (p. 18).

⁷ O termo em questão, apresentado reiteradamente ao fim do ensino de Lacan, remete, como aponta Fink (1998), a uma tradução dos termos *ekstasis*, do grego, e *Ekstase*, do alemão, ambos igualmente presentes nos textos heideggerianos, importantes influências para o mestre francês. A palavra remonta à noção de algo que “fica do lado de fora” e é amplamente empregada por Lacan para falar de “uma existência separada de”, “alguma coisa não incluída no interior, algo que, ao contrário de ser íntimo, é ‘extimo’” (FINK, 1998, p. 151), mas que, não obstante, continua a exercer efeitos sobre o sistema em questão.

psicanálise, teria sido proibido de assumir o papel de analista-didata na IPA (*International Psychoanalytic Association*), instituição fundada por Freud da qual fazia parte há anos. Este evento, denominado mais tarde por ele como sua “excomunhão”, leva-o a retirar-se da instituição e marca de forma definitiva sua visão acerca da psicanálise, além de ser por ele atribuído, especificamente, ao conteúdo do seminário que estaria ministrando naquele ano, a respeito dos “Nomes-do-Pai”. Tratar-se-ia da pluralização deste conceito, cunhado pelo autor oito anos antes, e representaria que haveria não apenas uma, mas diferentes formas de se entrar no campo da linguagem, do Outro, para além do Édipo freudiano. É fácil, portanto, compreender por que associa o motivo de sua expulsão ao conteúdo apresentado, já que o Édipo se situava como a pedra angular de toda a teoria psicanalítica, repensá-lo a tal nível poderia, portanto, abalá-la como um todo. Apesar de ter ministrado apenas uma aula sobre o tema, Lacan promete não tocar novamente no assunto. Isso, contudo, não o impede de empreender profundas mudanças em sua forma de abordar a disciplina psicanalítica.

Seu *Seminário 11 — os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* ([1964] 1988), deste mesmo ano, representará um momento de profundo desenvolvimento em seu sistema de pensamento. Realizando-o fora da instituição, é neste momento que Lacan buscará inovar, visando uma forma de fazer psicanálise para-além do pai. Finaliza a conceituação do objeto *a*, já prenunciada em seu seminário do ano anterior, no qual o abordava a partir do afeto angústia, seu estatuto formal seria, antes, o produto residual, o excedente do sistema significante.

De natureza real, heterogêneo portanto aos elementos que compõem o registro simbólico, o objeto *a* representaria aquilo que subsiste ao processo mesmo de simbolização, um resto inapreensível deixado após a alienação significante e que animaria a cadeia, assumindo sua função de causa de desejo. Seria correlato a um vazio no Outro, uma falta central deste que ainda não havia sido desenvolvida por Lacan no início de seu ensino nos anos 50. Antes, o Nome-do-Pai, como “Outro do Outro”, asseguraria a consistência do conjunto A, Outro do Outro que certificaria a verdade; agora, ao contrário, este Outro encontra-se marcado por uma falta central, a do gozo como significante. Trata-se de um giro conceitual que, segundo Miller (2003), já parece indicar um certo desprendimento da teoria freudiana. Nem tudo é passível de simbolização — haveria sempre um resto; não há possibilidade de subjetivar pelas vias do simbólico todo o gozo. Em outras palavras, o simbólico não recobre o real do furo — nem mesmo o Nome-do-Pai garantirá a possibilidade de tudo significar. Trata-se, novamente, da queda da função deste que seria o significante que serviria como “tampão” do Outro, tornando-o um conjunto consistente, já prenunciada por Lacan em seu seminário cancelado.

Mais à frente em seu ensino, seguindo esta linha de abordar o real, Lacan [(1971-1972) 2011] proporá o conceito de lalíngua. “[...] lalíngua funda uma outra ordem caótica anterior à Linguagem articulada simbolicamente pelo significante” (GUERRA, 2007, p. 15). Responde pela fala antes de seu ordenamento gramatical e lexicográfico, sendo associada à língua materna e à lalação da criança antes de sua entrada no mundo das trocas linguísticas, precedendo, portanto, a estrutura da linguagem. Trata-se não mais do inconsciente como encadeamento de significantes, mas de um inconsciente fabricante de gozo e marcado pelo “há Um”, no qual haveria apenas significantes S_1 (o “enxame” de S_1) inarticulados e que, portanto, não se ligam a S_2 , visando a precipitação de sentido. Nomeado por Colette Soler como “Inconsciente Real” — em oposição ao inconsciente simbólico que Lacan recupera de Freud nos primeiros anos de seu ensino — este seria marcado por um sem-sentido radical, impassível de decifração. Consiste em um registro simbólico, porém sem referência ao Outro, em que o significante se torna não mais veículo de comunicação, mas sim de gozo.

Como aponta Miller (2006, apud BRODSKY, 2013, p. 14),

[o] próprio estatuto do inconsciente, como cadeia de significantes decifrável, é um produto do dispositivo analítico, porque o verdadeiro estatuto do inconsciente é ser S_1 , um significante sozinho, ou um enxame de significantes sozinhos que não formam nenhuma cadeia e que, conseqüentemente, não têm nenhum sentido.

Tratando mais especificamente da forma pela qual o ser falante se constitui como tal a partir de sua nova concepção de inconsciente, Lacan imputará o primeiro encontro com o gozo da linguagem como algo de natureza traumática, e que, no entanto, produziria um sujeito. Cria, assim, um neologismo, *troumatisme*, composto das palavras “trauma” e “furo” (*trou*), para se referir a tal experiência enigmática que é se deparar com o sem-sentido do real do gozo, um furo para o qual nenhum significante conseguirá dar conta. “Lá onde não há relação sexual, isso produz um buraco que traumatiza (*troumatisme*)” (LACAN, [1973-1974] 2018, p. 144). Como aponta Guerra (2007): “É no nível da lalíngua que o traumatismo deixa seu traço de inscrição do real no mundo do ser falante [...] A linguagem seria o esforço débil para tentar dar conta desse encontro” (p. 75)

Obtém-se, assim, um novo sentido para o matema $S(\mathcal{A})$ — leia-se significante de uma falta no Outro —, já empregado por Lacan anos antes quando da construção de seu grafo do desejo, onde indicava o objeto que faltava ao grande Outro, a saber, o falo. Este passará a remeter, agora, ao furo deste Outro, que, apesar de ser tesouro dos significantes, não possuiria a consistência de um conjunto fechado. Trata-se do fato de que

[...] há algo que não faz limite, que é aberto, e que, no fim das contas, nada vai tampar esse furo apontado pela barra. Em outros termos, nada pode significantizar todo o gozo, pois este sempre excede à simbolização. $S(\mathcal{A})$ também corresponde a um furo do Outro significante, sendo portanto correlativo ao gozo (QUINET, 2000, p. 103).

Uma das consequências clínicas deste fato é a de que o neurótico deverá sempre lidar com a inconsistência deste Outro, entendendo, portanto, que nem todas as perguntas poderão ser respondidas. Não há resposta final, definitiva, haveria sempre uma falta — faltaria ao Outro o significante que poderia inscrever o Real. O Outro, assim como o sujeito, é sempre falho, incompleto ou inconsistente. Trata-se de um furo que implica a própria inexistência do conjunto A e a ex-sistência do real como exclusão do sentido.

4. 2 Do sintoma-mensagem ao sintoma-letra: uma articulação entre inconsciente e gozo

O sintoma no primeiro ensino de Lacan apresenta-se, assim como as demais formações do inconsciente, a partir do registro simbólico. Assim como aponta Lacan em *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* ([1953] 1998), texto inaugural de seu ensino, “[...] o sintoma se resolve por inteiro numa análise languageira, por ser ele mesmo estruturado como uma linguagem, por ser a linguagem cuja fala deve ser libertada” (p. 270).

Tendo como operador a metáfora, um sintoma apareceria no lugar de uma palavra, outro significante que com ele manteria um laço associativo. Um significante novo (S_2), o próprio sintoma, por manter uma ligação de similaridade com o significante antigo recalcado (S_1), o suplantaria, como aponta o esquema a seguir. Caberia ao analista, portanto, decifrar o sentido do sintoma a partir da relação significante que este implica, visando produzir o desejo inconsciente.

$$\frac{S_2}{\frac{S_1}{s_1}}$$

Figura 13: Mecanismo metafórico na formação sintomática

Além disso, este sintoma também caracterizar-se-ia como uma mensagem, a forma através da qual a verdade do desejo inconsciente manifesta-se para o sujeito. Trata-se de “[...]”

uma mensagem cifrada do Outro cujo significado ele deve decifrar” (QUINET, 2000, p. 130), motivo pelo qual Lacan o grafará como $s(A)$ — significado do Outro. Como aponta Fink (1998), “Os sintomas podem ser entendidos como mensagens sobre o sujeito que são designadas pelo Outro, e até que o sujeito consiga se separar desse *locus*/destino no qual sua mensagem e seu ser adquirem sentido, ele permanece castrado” (p. 97).

A partir dos anos 70, contudo, em seu *Seminário 22 — R.S.I.* ([1974-1975] inédito), Lacan definirá o sintoma não mais unicamente como operação de significação, portanto, simbólica, mas a partir de uma vertente real. Trata-se da “[...] maneira como cada um goza do inconsciente na medida em que o inconsciente o determina” (LACAN, [1974-1975] inédito, apud QUINET, 2000, p. 146). O sintoma ofereceria a ponte entre o significante e o pulsional, visto que porta uma satisfação para todo e qualquer sujeito ao mesmo tempo em que lhe fornece um meio de aparelhar o gozo, condicionando-o ao registro fálico, e, portanto, da linguagem. Trata-se daquilo que não cessa de se escrever, velando o furo do real e a impossibilidade da relação sexual⁸, que Lacan ([1972-1973] 2003), através de suas fórmulas da sexuação, emprega para postular a incompletude de todo e qualquer sujeito humano. “Frente ao traumatismo da não-relação sexual, da não completude entre o Um e o Outro, o sintoma pode ser pensado como a suplência que o sujeito coloca sobre esse vazio” (DIAS, 2018, p. 192). O sintoma seria, portanto, a resposta que cada um empregaria quando se depara com esta impossibilidade de formar Um, localizando o gozo no inconsciente; aquilo que, como aponta Quinet (2000), “o sujeito tem de mais particular na medida em que faz a conjunção entre o gozo individual e específico do sujeito e as cadeias simbólicas constituídas pelos significantes do Outro [...]” (p. 146).

Segundo Soler (2007), a última definição do sintoma, apresentada no *Seminário R.S.I.* é a de que este é “[...] função da letra, onde o gozo está em jogo sem o Outro, não é tecido pela significação” (p. 104). A autora também aponta que a nova definição

é solidária, no ensino de Lacan, à concepção de um imaginário autonomizado do simbólico, e de um simbólico que não é o da linguagem como cadeia (S_1 - S_2) geradora das ficções da significação, mas o da [la]língua (S_1 , S_1 , S_1 ...) [como vimos anteriormente] [...] (p. 104).

⁸ “Não existe a relação sexual” ou “não existe proporção entre os sexos” são enunciados de Lacan que visam explicitar a impossibilidade da realização pelo sujeito do gozo absoluto atribuído ao Outro. Corresponde, para a criança edipiana, à relação sexual incestuosa, que se encontra barrada pela Lei simbólica. Trata-se de uma miragem — não haveria relação simbólica entre um gozo masculino e feminino, visto que, “no inconsciente, não há significantes que signifiquem o gozo de um e de outro, cada qual imaginado como gozo absoluto” (NASIO, 1993, p. 29). Não haveria maneira de se escrever simbolicamente o Um: no ato sexual efetivo, os parceiros não gozam do corpo inteiro um do outro, mas sim deste corpo reduzido à condição de objeto parcial.

É o sintoma — que a partir deste momento será grafado como *sinthoma*⁹ — como tal que terá como função o enodamento dos três registros — real, simbólico e imaginário. Funcionará, como postula Lacan em seu *Seminário 23* ([1975-1976] 2007), como um parceiro de gozo com o qual cada sujeito deve se identificar, adotando-o, portanto, como seu, sua maneira particular de gozar. Seu papel será o de um quarto aro, responsável pela amarração do nó borromeano¹⁰, mantendo sua organização e respeitando sua propriedade fundamental¹¹ mesmo que os demais aros encontrem-se desenlaçados.

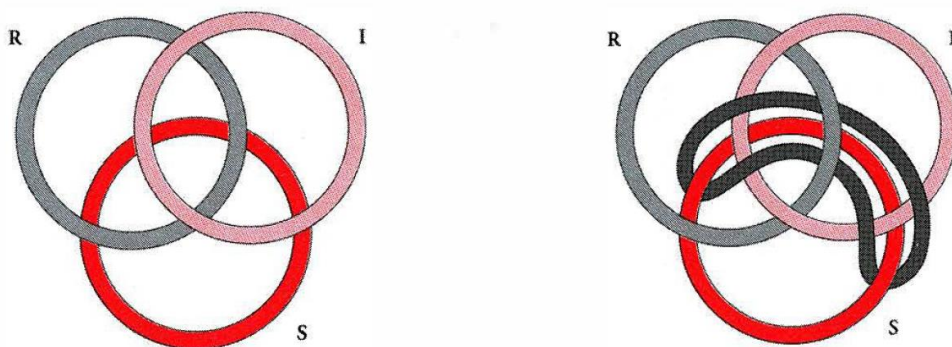


Figura 14 Os três aros separados e, depois, ligados pelo *sinthoma* (LACAN, [1975-1976] 2007, p. 21).

Ao final de seu *Seminário 22*, Lacan estabelece o Nome-do-Pai, e, portanto, o Édipo, como um sintoma vinculado ao simbólico. Retoma, em seu seminário seguinte: “O complexo de Édipo é, como tal, um sintoma. É na medida em que o Nome-do-Pai é também o Pai do Nome, que tudo se sustenta, o que não torna o sintoma menos necessário” ([1975-1976] 2007, p. 23). Apesar de ser uma maneira de ligar os três registros que antes encontravam-se desenodados, uma suplência, Lacan questiona-se se o Nome-do-Pai, o Édipo como tal, seria sempre essencial, necessário para empreender a função de enodamento, ou se, ao contrário, este poderia ser substituído por algum outro elemento que também exerça o mesmo papel. Isso implica, por sua vez, que haveria outras formas possíveis de enodação, para além do significante paterno, como veremos a seguir.

⁹ Trata-se de uma grafia antiga da palavra em francês, recuperada por Lacan em 1975, para designar esta nova vertente do sintoma para além do registro simbólico, denotando o real e aquilo que há de irredutível, não-analisável e ilegível no inconsciente.

¹⁰ O nó borromeano é uma figura topológica formada a partir do enlaçamento de três anéis. O conceito vem do símbolo heráldico da família Borromi ao qual Lacan é apresentado ao longo de seus últimos seminários, sendo empregado por este para abordar as relações entre os três registros que compõe a experiência humana. Enodado, permitira ao sujeito falante estabelecer laço com o outro, se inscrevendo, assim, em um discurso.

¹¹ Tal propriedade seria a de que, ao cortar-se um dos anéis, todos os demais se soltariam.

4.3 “Todo mundo é louco”: a pluralização dos Nomes-do-Pai e a clínica das suplências

Enquanto para o Lacan dos anos 50 haveria a clara expectativa de que o Nome-do-Pai cumprisse sua função de possibilitar efeitos de nomeação e de contenção do gozo — vide a maneira como o autor interpreta o caso Hans em seu *Seminário 4 — a relação de objeto* ([1956-1957] 1995), na qual só houve a construção de objeto fóbico dada a insuficiência do pai do garoto em realizar o corte na relação que este estabelecia com sua mãe, o primeiro agindo, portanto, como suplência —, este não é mais o caso para o último Lacan. Como aponta Miller (1996), “[a] última clínica de Lacan indica que, em nenhum caso, o pai simbólico é uma solução satisfatória diante do impossível de suportar” (p. 198). À falha do pai responderia outras modalidades de gozo, cujas irrupções incidiriam sobre o sujeito falante, indicando que o primeiro não daria conta de sua ordenação.

Fica, portanto, cada vez mais evidente a necessidade de algum outro elemento que garanta a enodação estabilizadora dos registros real, simbólico e imaginário, elemento este que, como vimos, é nomeado por Lacan em seu *Seminário 23* ([1975-1976] 2007), o *sinthoma*. Em outras palavras, o Nome-do-Pai “[...] deixa de ser garantia em si, para apenas poder se sustentar se ele tiver apoio no *sinthoma* (Σ). Eles se tornam, assim, equivalentes e poderiam ser pensados por meio da equação $NP = \Sigma$ ” (VERAS, 2018, p. 189).

Não se trata mais apenas da transmissão. Uma grande ênfase é colocada no sujeito e sua ação de fazer bom uso do Nome-do-Pai. Como aponta Lacan ([1975-1976] 2007): “Podemos sobretudo prescindir [do Nome-do-Pai] com a condição de nos servirmos dele” (p. 132). Frente, portanto, à vacilação da metáfora paterna e a ineficiência de uma transmissão simbólica, caberia a cada um dos sujeitos “[...] inventar sua própria solução para compensar essa falta estrutural e construir, como suplementação, algum laço a fim de permitir que Real, Simbólico e Imaginário mantenham-se unidos” (SKRIABINE, 2009, p. 55, apud DIAS, 2018, p. 83).

Abre-se, assim, uma verdadeira clínica de suplências. Isso, cabe ressaltar, já fora apontado pelo próprio Lacan anos antes, quando de sua proposição de que haveria não apenas um Nome-do-Pai, mas vários ([1963] 2005), como mencionado anteriormente. Tratava-se de uma pluralidade de formas pelas quais um sujeito faria sua entrada no campo da linguagem, localizando o gozo e garantindo o enodamento dos três registros que comporiam sua realidade psíquica. Como aponta Guerra, “elementos cruciais para se pensar as estruturas clínicas na década de 50, como o Nome-do-Pai e o falo, servirão, na década de 70, para articular soluções

singulares que fogem a uma possível regra geral de domesticação do gozo” (2007, p. 99). São múltiplos os elementos que poderiam ser empregados na função de *sinthoma*, implicando que a relação com a lei simbólica da linguagem é uma saída, mas não a única — o complexo de Édipo é como tal uma das ficções possíveis¹².

Isso encontra-se presente na abordagem de Lacan do escritor irlandês James Joyce. O autor, ícone da literatura mundial, conhecido por seu domínio extraordinário da língua inglesa, é estudado por Lacan a partir de um novo paradigma: considerará o caso de Joyce “[...] como respondendo a um modo de suprir um desenodamento do nó” (LACAN, [1975-1976] 2007, p. 85).

Apesar de nunca se referir a Joyce como psicótico, a hipótese de Lacan é a de que a partir de sua obra, mesmo antes de produzir qualquer escrito, Joyce foi capaz de suprir a falta do significante paterno, falta essa que poderia verter no desencadeamento de um eventual quadro psicótico.

Ao analisar o nó de Joyce, Lacan detecta neste uma falha, uma disjunção do registro imaginário que o faria “deslizar”, não ligando-se a real e simbólico. É apenas através da escrita, ligando os anéis simbólico-real através de seu não-senso radical, que este poderá corrigir o erro de articulação entre os registros. Isso se dá através da criação de um novo nome próprio, “O Artista”, ao qual Lacan se referirá como a um ego que exercerá a função de enodar os três registros.

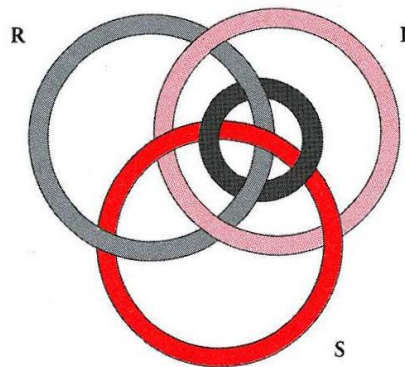


Figura 15: Nó de Joyce corrigido (LACAN, [1975-1976] 2007, p. 148).

Eis exatamente o que se passa, e onde encarno o ego como corrigindo a relação faltante, ou seja, o que, no caso de Joyce, não enoda borromeamente o imaginário

¹² O complexo de Édipo como ficção é abordado por Lacan em *Televisão* ([1973] 1993) quando afirma que se trata de um enredo épico criado pelo sujeito para dar sentido à perda de gozo originária, à qual o sujeito neurótico imputa ao Outro.

ao que faz cadeia com o real e o inconsciente. Por esse artifício de escrita, recompõe-se, por assim dizer, o nó borromeano (LACAN [1975-1976] 2007, p. 148).

É com seu ego que Joyce, portanto, realizará uma sutura ali onde haveria inicialmente um desenlaçamento do registro imaginário. Mesmo sem o Nome-do-Pai como operador, o escritor faz-se um nome e cria para si um modo de se inserir, mesmo que minimamente, no laço social, sustentando sua realidade a partir de seu *sinthoma* particular, a literatura.

No que tange, portanto, a clínica das psicoses, o último ensino de Lacan e o paradigma dele resultante sob a análise de Joyce, promove mudanças significativas. Pode-se pensar novas formas de estabilização, para além da construção de um símile da metáfora paterna neurótica, que relegava o sujeito psicótico a um negativo da operação neurótica. Como aponta Colette Soler (2016), "Joyce é um sujeito que conseguiu, apesar da carência paterna, do dizer paterno, fazer sem o pai e sem o delírio" (p. 24).

Trata-se, nesse momento, portanto, de inventar. Isso também se generaliza para as demais estruturas clínicas: enquanto antes apenas o sujeito psicótico deveria buscar algo que suplementaria uma falta a nível simbólico, agora todos devem fazê-lo — cada um deve construir seu próprio *sinthoma* que o sustente no mundo. Isso implicaria, portanto, numa certa continuidade entre a clínica da neurose e a da psicose, visto que “[...] para todos [genericamente] [...] há lapso do nó e necessidade de uma suplência” (CEVASCO, 2021, p. 165). Isso é o que delimita para Miller, em sua leitura do último ensino, que “há lugar para uma doutrina da *foraclusão generalizada*” (2010, p. 27).

O termo é inicialmente apresentado por Jacques-Alain Miller em 1987, em uma exposição de mesmo nome. O autor, responsável pela publicação das edições dos seminários, ao debruçar-se sobre os últimos anos do ensino de Lacan retira destes uma tese que versa e advoga em prol de uma generalização da operação de *foraclusão*, esta que não deveria mais ser restrita ao elemento Nome-do-Pai, como o era à época de sua formulação. Trata-se de um ponto discutido por Lacan em seu *Seminário 23*, na lição de 16 de março de 1976:

A orientação do real, no território que me concerne, foraclui o sentido. Digo isso porque ontem à noite me colocaram a questão de saber se havia outras *foraclusões* diferentes daquela que resulta da *foraclusão* do Nome-do-Pai. Não resta dúvida de que a *foraclusão* tem alguma coisa de mais radical. O Nome-do-Pai é, no final das contas, alguma coisa leve (LACAN, [1975-1976] 2007, p. 117).

Miller (2010), então, comparará tal mudança à ocorrida à Teoria da Relatividade Geral de Einstein, desenvolvida por volta de 1916, que amplia para outros sistemas os conceitos da

Teoria da Relatividade Restrita, elaborada anos antes, à qual o autor equivalerá à operação de foraclusão restrita ao significante do Nome-do-Pai e à estruturação psicótica dela resultante. “[...] existe para o sujeito um sem nome, um indizível. A questão então é saber que função consegue domesticar esse sem nome” (p. 30); qual *sinthoma* seria o responsável pela enodação dos três registros que comporiam a realidade do *falasser*.

Não mais restrito à psicose, portanto, o mecanismo de foraclusão pode ser encontrado na constituição de todo e qualquer ser falante. Como afirma Dias (2018),

constatamos que para todo ser falante há sempre uma foraclusão (-1) — a falta de um significante que inscreva o Real. E, portanto, todas as formas de constituição do sujeito, todas as estruturas, são modos de suplência a essa falta original, estratégias para lidar com o Real e o gozo (p. 184).

Como aponta Rithée Cevasco (2021), a foraclusão generalizada representaria “[...] uma abordagem mais radical da foraclusão, considerando-a como foraclusão do sentido no real – ou por causa do real, ou pelo real” (p. 53). Para todo ser falante, *parlêtre*, como Lacan o denomina, haveria foraclusão. “Trata-se de uma generalização da foraclusão como algo a menos de estrutura” (LACET, 2004, p. 256). Esta seria genérica, não podendo ser imputável a qualquer modalidade patológica, o que explicaria, por sua vez, seu famoso comentário poucos anos antes de sua morte: “Todo mundo é louco, ou seja, delirante” (LACAN, [1978] 2010, p. 31); o que, cabe ressaltar, não quer dizer que todos são psicóticos. Se antes apenas o sujeito deveria encontrar no delírio uma suplência à metáfora paterna da qual carecia, agora todos devem fazê-lo em igual medida — “todos deliram”.

5 A FORACLUSÃO LOCALIZADA DE J.-D. NASIO

A tese da foraclusão localizada de J.-D. Nasio é apresentada pela primeira vez em 1987, quando o autor a expõe em seu livro *Os Olhos de Laura* (2011). Consiste em uma revisão da teoria psicanalítica acerca do mecanismo foraclusivo, assim como conceituado por Lacan, e visa explicar uma diversidade de fatos clínicos, a saber tanto a eclosão de fenômenos pontuais e transitórios, de caráter psicótico, em sujeitos de estrutura neurótica quanto, inversamente, a preservação de regiões saudáveis do psiquismo em sujeitos ditos “psicóticos”. Apontará para um novo modelo de sujeito, “um sujeito folhado” — ou, como indica o autor, com uma forma próxima ao objeto topológico denominado *superfície de Riemann* —, resultado da somatória de uma pluralidade de planos superpostos, unidos entre si a partir de um fio invisível que consolidaria a unidade do eu. Cada um destes planos representaria, portanto, um fato local, um estado subjetivo específico, seja este sadio ou não, que coexistiria com outros em uma mesma pessoa.

Desta forma, Nasio argumentará a possibilidade de que sujeitos neuróticos encontrem-se tomados pelo que ele denomina uma “loucura efêmera”, estendendo a psicose e seus fenômenos característicos — delírios e alucinações — a todos os seres falantes. Além disso, buscará romper com um automatismo do pensamento analítico que desde o seminário de Lacan a respeito do tema, nos anos 1955-1956, procura fazer a equivalência entre os termos foraclusão e psicose, qualificando a primeira sempre como local, ou seja, cuja incidência é incapaz de influenciar o psiquismo de forma global, determinando de maneira final um quadro psicótico. Muito pelo contrário. Ao mecanismo foraclusivo concerneria a produção de apenas um plano de realidade entre outros, produzidos por recalque. A diferença entre as duas formas de criação situaria-se a nível de suas formações resultantes: as denominadas formações do inconsciente para as realidades constituídas por recalque, e as “formações do objeto *a*”, produzidas pela foraclusão local. Entre as primeiras encontram-se os sonhos, lapsos e atos falhos, todas referidas à combinação significativa, ao passo que as formações de objeto *a* corresponderiam às “formas que o gozar fora do corpo adota quando é percebido pelo sujeito” (NASIO, 2011, p. 70), e cujos exemplos seriam a alucinação, a passagem ao ato e a lesão psicossomática.

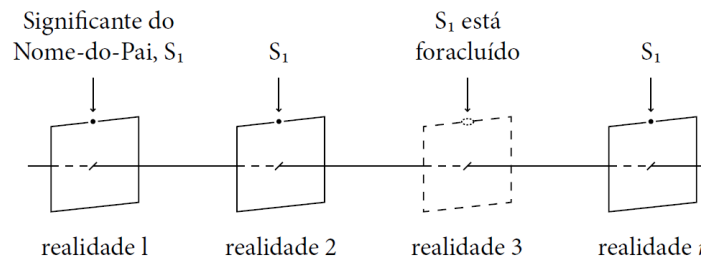


Figura 16: Coexistência de realidades produzidas por recalque com uma realidade produzida por forclusão (NASIO, 2011, p. 97).

Para embasar sua tese acerca da produção de diferentes planos de realidade, por recalque ou por forclusão, o autor retomará as considerações de Freud em *As neuropsicoses de defesa* ([1894] 1986) acerca da realidade intolerável do desejo sexual e de seu correlativo, o medo da castração, e sua inscrição no psiquismo a partir de uma representação igualmente intolerável. Proporá que o caráter de intolerabilidade que marca tal realidade não se dá por uma representação ou por todas as demais, mas que esta última se encontra ancorada precisamente pela “relação lógica entre *uma* representação e *todas* as outras” (NASIO, 2011, p. 94).

Assim, recupera a relação do par significante S_1/S_2 em suas três acepções possíveis, estas sendo exceção/não-todo, ex-sistência/consistência, e sucessor/série, pensando-a não como estacionária, mas como um sistema causal e em movimento contínuo; tal movimento que pode ser descrito da seguinte forma: um significante S_1 , assumindo a função de Um, exceção e existente frente ao Todo, este composto, por sua vez, pela série de todos outros significantes (S_2), e a partir do qual tal série ganhará sua consistência — afinal, “ S_1 ex-siste para que S_2 consista”¹³ (NASIO, 2011, p. 94) —, será sempre substituído pelo próximo elemento na série, somando-se a ele de modo a fazer orla para o conjunto. Desta forma, S_1 será o lugar sempre inocupado do sucessor, que garantirá o movimento do conjunto.

¹³ Como aponta Nasio (1993), o inconsciente seria “[...] um conjunto contornado por um elemento extraído de sua trama” (p. 60). Sua existência só se torna possível graças à exterioridade de um elemento (S_1), que lhe fornecerá consistência e coerência, exterioridade esta que, recuperando um termo heideggeriano, também se chamará *ex-sistência*. “É preciso que algo esteja fora para que o restante se mantenha” (NASIO, 1993, p. 62) (Cf. figura 17).

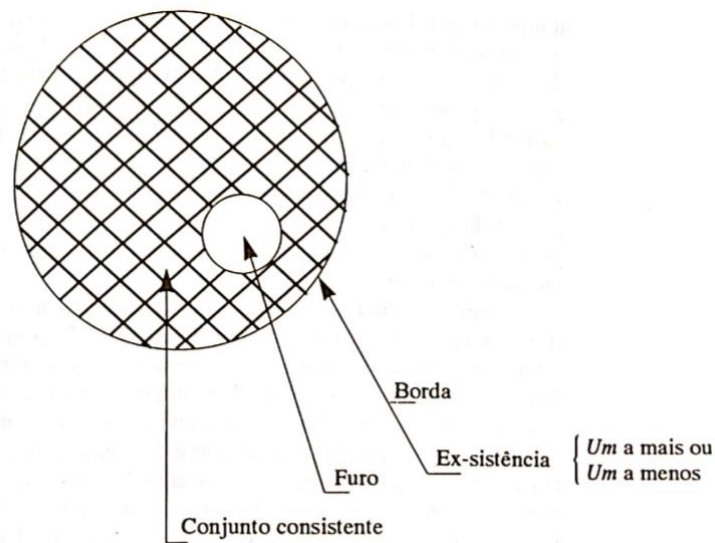


Figura 17: Matriz da estrutura inconsciente (NASIO, 1993, p. 65).

Esta deslocação, sempre renovada, que põe continuamente um significante na periferia da constelação significativa, se dará sempre no tempo do acontecimento e produzirá uma realidade distinta de todas as outras que a antecederam e a seguirão, pois, mesmo que a matriz S_1/S_2 seja invariável, os significantes a ocuparem a posição de S_1 ou S_2 não o são. Assim, à mesma maneira da forclusão local, concluirá também que “a castração nunca é única, ela é de acontecimento, local e múltipla. *Não existe a castração e sim castrações*” (2011, p. 95).

O que seria, portanto, a forclusão? Nada mais que um distúrbio da consistência de uma realidade local. Seria um “acidente de percurso”, ou, segundo o autor, o “emperramento de funcionamento da máquina simbólica” (p. 98). Aqui, mais uma vez opõe-se às formas usuais de que usamos para nos referirmos ao mecanismo forclusivo: este, por ser local, não determinaria a desarticulação de todas as realidades do sujeito, mas de apenas uma. Além disso, Nasio questiona a aplicação do qualificativo “foraclusão” a um elemento definido, afirmando justamente que a forclusão não incidiria sobre um ser, mas sim sobre uma função, a função do Nome-do-Pai, que 1) dita o movimento centrífugo da cadeia significativa, ou seja, a substituição metafórica de um significante por outro — aquilo que Lacan nomeou “Metáfora Paterna” —; e 2) em cujo lugar aparecerá qualquer significante após a operação substitutiva.

Em outras palavras, trata-se não da rejeição de um significante, mas sim da abolição de um vínculo, do próprio processo de recalçamento. Já dizia Freud: “[...] aquilo interiormente cancelado retorna a partir de fora” ([1911] 2010, p. 95). O que foi abolido interiormente e não veio ocupar a posição de sucessor, não respondeu ao chamado do Outro, chamado este exercido pelo significante que já se encontra no lugar de Um, retornará a partir de fora. Assim, recupera-

se também o aforismo de Lacan: “O que não veio à luz do simbólico aparece no real” ([1954b] 1998, p. 390).

Partindo, portanto, destas considerações, Nasio avançará para comentar a consistência destas realidades, tanto produzidas por recalque como por foraclusão, e suas relações com o gozo. As do primeiro tipo possuirão consistência significativa e, nessas, o objeto pequeno *a* não aparecerá senão na fantasia de forma velada pelas imagens e significantes. Nestas, o gozo — material e tecido que sustenta a realidade fantasística — respeitará a ordem significativa. As do segundo tipo, entretanto, são “feita[s] exclusivamente de gozo” (NASIO, 2011, p. 122-3). Trata-se de tramas maciças ou fragmentárias, resultados possíveis da compactação do par significativo em holófrase (S_1 - S_2), processo este de supressão do intervalo e desmantelamento do encadeamento significantes, e que desemboca naquilo que Lacan chama a “[...] cascata de remanejamentos do significativo de onde provém o desastre crescente no imaginário” ([1958a] 1998, p. 584). Tais realidades, que podem ser também chamadas de formações do objeto *a*, diferenciam-se pelo fato de que nestas ocorre um retorno sobre si do gozar inconsciente. Enquanto nas realidades produzidas por recalque os significantes aparelham o gozo, nas formações do objeto *a* há “[...] um gozo brotando intempestivo, imprimindo à realidade o caráter compacto de um acontecimento brutal” (NASIO, 2011, p. 114), gozo este que é percebido não por um sujeito, visto que este já se encontra dissolvido no objeto, identificado à voz alucinada e ao gozar em sua globalidade, mas por ninguém. No entanto, aponta o autor, ainda se trata de um gozar perceptível e, apesar do sujeito encontrar-se perdido em meio às imbricações perceptivas, cabe lembrar que ele é todas estas mesmas imbricações. Em suma: “[...] diremos que o sujeito se identifica com o misto perceptivo. Ora superfície perceptiva, ora gozar perceptível, ora seu par imbricado, o sujeito da alucinação é tudo isso [...]” (2011, p. 119).

Por fim, concluirá sua exposição sob a rubrica de que o mecanismo foraclusivo não se trata, afinal, de uma operação negativa — tal como a alucinação que desde muito é vista pela psiquiatria como uma falsa percepção, uma percepção sem objeto —, apesar de ser o meio pelo qual se dá a abolição da função significativa, mas sim de uma conjuntura excepcionalmente positiva, visto que seu efeito seria o de possibilitar o grau máximo de uma percepção do gozar. É através deste processo que o gozar torna-se sensível.

[...] o objeto *a* só alcança, só pode alcançar seu estado de espécie perceptível se a operação foraclusiva desarticula a rede significativa e impuser uma [nova] realidade na qual o gozar, livre das imagens, do sentido e dos significantes, se mostrar finalmente sob sua qualidade sensível. Em outras palavras, as imbricações perceptivas fora do sistema só se tecem se, e somente se, a *função* do Nome-do-Pai for abolida (NASIO, 2011, p. 122).

Conclui-se, portanto: “No lugar de uma realidade simbólica abolida, o sujeito descobre uma nova realidade compacta em que o gozar a é percebido” (NASIO, 2011, p. 123).

6 “PARTICULAR” OU “GENERALIZADA”? A FORACLUSÃO E OS DIAGNÓSTICOS NA CONTEMPORANEIDADE

Neste capítulo pretende-se comparar e discutir a pertinência das teses apresentadas anteriormente, de uma foraclusão generalizada e de uma foraclusão localizada. Apresentar-se-á o respectivo contexto de suas elaborações, bem como as consequências clínicas de ambas, sobretudo no campo das psicoses, seu diagnóstico e tratamento.

Cabe ressaltar que as teorizações são contemporâneas, datando, inclusive, do mesmo ano, 1987. Representam o esforço de ambos os autores de dar conta de algo até então pouco abordado na clínica psicanalítica: os casos inclassificáveis, aqueles nos quais não se encontram os sintomas-padrões que caracterizariam as estruturas, facilitando o diagnóstico diferencial e a condução do tratamento. Partindo, portanto, de um mesmo conceito-chave elaborado por Lacan, seus discípulos buscarão, cada um a sua maneira, explicitar o que se passa em tais casos, um prescindindo da teoria estrutural, como é o caso de Miller, outro subvertendo-a, como Nasio.

6.1 A clínica psicanalítica na passagem para o Século XXI: a foraclusão é determinante?

Em seu curso *A querela dos diagnósticos*, Colette Soler (2018) alerta para a urgência de se repensar o diagnóstico na clínica psicanalítica, sobretudo a partir dos avanços tardios de Lacan. Em um tom de crítica, a autora diz:

Continuamos efetivamente a falar sobre a clínica diferencial como se nada tivesse mudado desde “De uma questão preliminar...”. Continuamos a funcionar com as categorias clássicas, como se o novo esquematismo não abrisse nenhum remanejamento no nível da nosografia clínica. Continuamos a funcionar sobre uma alternativa binária; Nome-do-Pai ou Nome-do-Pai zero, (NP ou NP₀), não foraclusão ou foraclusão, e então funcionamos sobre a alternativa psicose ou neurose-perversão, terceiros excluídos. Ignoramos, portanto, os *borderlines*, as personalidades narcísicas ou múltiplas, e assim por diante... (p. 98).

Trata-se, portanto, de um congelamento das categorias clássicas de diagnóstico. Grande parte dos clínicos evitam defrontar-se com os casos que parecem escapar aos critérios diagnósticos estruturais, casos estes costumeiramente chamados de “inclassificáveis”. São aqueles nos quais se apresentam, em igual medida, tanto sintomas do lado da neurose como os fenômenos elementares da psicose, onde questiona-se a relação dos sujeitos com o Outro da linguagem, se estes encontram-se marcados ou não pela lei paterna. Compreende, sobretudo, a categoria dos *borderline*, entre outras.

Nesse sentido, situa-se o esforço de diversos autores contemporâneos de atualizar a nosografia psicanalítica, sobretudo a partir dos últimos avanços de Lacan, que já antevia, nas entrelinhas de sua recém-formulada teoria dos nós, as formas de sofrimento que permeariam o início do novo milênio. São, em sua maioria, alunos do psicanalista francês, que, seguindo sua trilha, buscarão ressituar a questão diagnóstica, adequando-a aos novos tempos e às novas maneiras de constituição subjetiva deles resultantes.

No atual trabalho, debruçou-se sobre as teorizações de Jacques-Alain Miller e de Juan-David Nasio, grandes comentadores do ensino de Lacan e cujas contribuições para o campo psicanalítico não passam despercebidas, cada qual com sua maneira particular de ressituar o conceito fundamental de foraclusão: através da foraclusão generalizada, no caso de Miller, e da foraclusão localizada, como é trabalhada por Nasio. Os próprios nomes parecem indicar o que cada uma implica, particularização em um, extensão e universalização no outro.

Enquanto a foraclusão localizada incide sobre um movimento particular da estrutura subjetiva, parece não preconizar mudanças maciças no todo. Nesse sentido, coaduna-se, ao menos em parte, com a colocação de Lacan ([1975-1976] 2007) de que “[o] Nome-do-Pai é, no final das contas, alguma coisa leve” (p. 117). A atuação da operação foraclusiva sobre tal elemento — que o próprio autor desqualifica enquanto tal, preferindo referi-lo ao movimento próprio à cadeia significante — não seria capaz, portanto, de definir a estruturação de um sujeito como psicótico. Ao contrário, poderiam se dar inúmeras operações foraclusivas, aqui consideradas por Nasio como distúrbios da consistência de determinada realidade local, que nada nas demais realidades psíquicas se alterasse — a foraclusão não possuiria mais papel definidor na constituição do sujeito.

Trata-se de algo comum às duas teorizações: ambas tomarão a foraclusão como uma operação não restrita apenas à psicose, podendo, inclusive, incidir sobre outras configurações subjetivas. A diferença, contudo, reside no fato de Nasio tomá-la em um sentido mais restrito, limitada ao registro simbólico enquanto tal, exatamente o contrário da forma como a concebe Miller.

Munido dos últimos avanços do ensino lacaniano sobre o tema, o autor conceberá a operação foraclusiva sob um viés mais radical. Como dito anteriormente, a foraclusão assume para Lacan e Miller o valor de uma exclusão de sentido pela orientação do real, tratando-se de um furo intransponível na constituição de todo sujeito falante, um a menos de estrutura com o qual cada um deverá lidar à sua maneira através da enodação via suplência dos nós real, simbólico e imaginário. É o ponto de partida, a falta de um significante que inscreveria o gozo

na estrutura — o que é reiteradamente afirmado a partir da máxima “não há relação sexual” — , a partir do qual o sujeito haverá de se haver através de sua própria invenção, seu *sinthoma* particular, que não é, por sua vez, necessariamente o Nome-do-Pai de outrora — outros elementos, inclusive não referidos ao simbólico, poderiam fazer a função de amarração.

6. 2 As psicoses transitórias e ordinárias

No que concerne à clínica das psicoses e às maneiras de diagnosticá-las, ambas teorizações divergem novamente de maneira significativa. Como aponta Daniele Sanches (2015) em sua extensa pesquisa sobre o tema, trata-se de diferentes discursos diagnósticos, que extraem da obra de Lacan diferentes racionalidades diagnósticas. Se por um lado, Nasio (2011) visa abrandar a categoria clínica da psicose, ao mencionar a possibilidade de estas serem não estruturas irreduzíveis, mas fenômenos transitórios — vide o nome de “psicoses transitórias” — que impactam o sujeito; por outro, Miller insistirá, no que tange ao diagnóstico, na primazia da psicose, ou seja, de que o clínico, defrontado com a tarefa de realizar um diagnóstico diferencial entre neurose e psicose, deve partir da pressuposição de que o caso à sua frente seria o da última. Contudo, cabe ressaltar que não se trata mais da psicose aos moldes lacanianos, enunciados por este ao longo de seu *Seminário 3* ([1955-1956] 2010), onde debruça-se sobre o caso de Schreber, caso este referido por Miller como verdadeiramente “extraordinário” devido a seu desencadeamento, mas sim de uma variedade de formas da psicose, às quais são reservadas, por contraposição, a categoria “ordinárias” — no sentido de “cotidianas”, ou ainda de “não excepcionais”. São, como apontam Batista e Laia (2012),

Psicóticos mais modestos, que nos reservam surpresas, mas que podem, como veremos, se fundir num tipo de média: a psicose compensada, a psicose suplementada, a psicose não desencadeada, a psicose medicada, a psicose em terapia, a psicose em análise, a psicose que evolui, a psicose *sinthomatizada*, por assim dizer (p. 242).

São casos em que não haveria um desencadeamento, um claro movimento de ruptura, marcados, como mencionado anteriormente, pela ausência dos indicadores clínicos clássicos, a saber, os transtornos de linguagem — neologismos, alucinações, quebra na articulação entre os campos do significante e do significado etc. Na Convenção de Antibes, realizada ao fim da década de 1980, ocasião na qual se promoveu tal debate e que resultou na produção do sintagma, e naquelas que a sucederam estabeleceram-se novos critérios para a definição e categorização da psicose ordinária. Estes são resumidos e elaborados sob a pena de Dias (2018):

- presença de fenômenos em relação ao corpo localizados em manifestações do corpo num funcionamento autônomo que surpreende — por exemplo, o ganho ou a perda excessiva de peso; ou sob o corpo — escarificações, tatuagens, excessiva preocupação com alguma parte do corpo, rigidez postural etc;
- presença de vivências de perplexidade (marcadas por extrema angústia) e de momentos de ruptura, em geral abrupta e não dialetizável, na inserção no laço social, abordada como momentos de desconexão ao Outro;
- encontro com o sexual não remetendo à estrutural pergunta neurótica sobre o ser do sujeito como homem ou mulher, mas sim a uma vivência de perplexidade e enigma, apontando para a elisão da significação fálica;
- presença de uma prevalência do narcisismo e da relação com a imagem do corpo, indicando uma necessidade da presença real do corpo ou de partes do corpo, apontando à certa impossibilidade de simbolização;
- prevalência do recurso ao imaginário, como forma de responder ao enigma de $S(\mathcal{A})$ por meio de uma fixidez da imagem;
- uso da articulação significante caracterizado pelo deslizamento metonímico, sem produção de significação ou de subjetivação (p. 161).

A noção de psicose ordinária, portanto, supriria certas necessidades da clínica contemporânea, rompendo com o binarismo que ainda a permeia no que tange à separação radical entre neurose e psicose, estabelecendo entre as duas, ao contrário, uma modalidade de continuidade. Cabe ressaltar que, apesar de o esforço de Nasio também operar nesta direção, sobretudo com sua noção de coexistência de realidades geradas pelas operações de castração e forclusão, o autor parece se ater a um pensamento diagnóstico estrutural, pautado por referências conceituais centradas na metáfora subjetiva, que abrem pouca margem para se pensar a constituição do sujeito para além do binarismo implícito na tese do inconsciente estruturado como linguagem, do Nome-do-Pai e da significação fálica como seus garantes. Apesar de inventiva, a proposição do antigo colaborador de Lacan ainda esbarra nas mesmas dificuldades impostas por uma clínica estrutural rígida, com pouca consideração acerca dos avanços dos últimos anos do ensino a respeito de um inconsciente real, não mais gerador de ficções de sentido, mas composto de um enxame de significantes S_1 , significantes que causam o gozo, de lalíngua, e que não remetem uns aos outros. Nesse sentido, o argumento de Nasio oferece pouco no que tange às soluções para a psicose para além da metáfora delirante como tampão à forclusão do Nome-do-Pai do simbólico, que, por sua vez, ainda retém seu estatuto de Outro do Outro, capaz de negatizar todo gozo — afirmação que, como vimos, se torna insustentável a partir do último ensino de Lacan.

A categoria de psicose ordinária, ao contrário, partindo do que preconiza a clínica borromeana, compreenderia movimentos de desenodamento, em que alguma das consistências — sobretudo a imaginária, como é atestado pelo enorme contingente de acontecimentos no corpo que se manifestam na experiência clínica com tais pacientes — poderia “ratear”,

comprometendo, assim, a estabilidade da estrutura do nó RSI; e de enodamento singulares, construções inventivas que visariam justamente rejeitar o que encontrava-se outrora separado, localizando, dessa forma, o gozo intempestivo. Cabe ressaltar, assim, que a hipótese da psicose ordinária se sustenta apenas a partir da reformulação do conceito de suplência na teoria lacaniana, sobretudo com a superação da metáfora delirante como compensação à forclusão do Nome-do-Pai em prol da noção de uma suplência a partir do *sinthoma*, quarto elemento que asseguraria o enodamento dos três registros que comporiam a realidade do sujeito. Trata-se, nos casos de psicose ordinária, de uma forma possível de estabilização da psicose “[...] que evita o desencadeamento clássico e permite vias de inserção no campo do Outro” (DIAS, 2018, p. 166).

Em um texto posterior, Miller (2012) reconhece que a psicose ordinária, longe de uma categoria objetiva, seria, antes, um constructo, uma hipótese a ser levantada pelo clínico frente a casos de difícil apreensão. A noção, extraída do último ensino de Lacan e amplamente empregada pelos membros da *Associação Mundial de Psicanálise (AMP)*, é muito debatida desde sua criação há cerca de 30 anos e, entre as críticas feitas a esta, encontram-se sobretudo a ideia de que sua disseminação ao mesmo tempo contribui, por um lado, para o “[...] refinamento do diagnóstico diferencial neurose/psicose e, por outro, à generalização excessiva do conceito de psicose” (DIAS, 2018, p. 20). Como aponta Soler (2018) em seu referido curso a respeito do tema, o que se produziu foi “[...] um alargamento da extensão da categoria de psicose de modo considerável em alguns anos” (p. 99). Ao optar pela manutenção do significante “psicose”, estendendo-o para todos os casos em que se verifica um modo de amarração que não se sustenta a partir do Nome-do-Pai, tal noção, muito rica para entender os fenômenos da subjetividade contemporânea, parece cair no mesmo binário que permeava a clínica estrutural. Seguindo esta leitura, ressalta-se que, para alguns dos autores que defendem a noção de psicose ordinária, poder-se-ia, então, falar de uma “era da psicose em massa”, posição defendida com base na crença de que haveria um declínio da imago paterna na contemporaneidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo feito este longo percurso pela forclusão, em sua conjunção/disjunção com a categoria clínica da psicose, no ensino de Lacan, sobretudo no que este comporta de um verdadeiro *work in progress*, deparamo-nos com questões fundamentais para a psicanálise na contemporaneidade. A passagem de uma clínica estrutural, pautada por conceitos fixos, tais como a amarração de sentido a partir da significação fálica e o hasteamento do simbólico e da cadeia significante a partir do Nome-do-Pai, para uma clínica do real, pensada a partir da topologia dos nós e que aponta para os modos de gozo e as formas do ser falante de se haver com o que há de inominável em si, apresenta-se como um salto de proporções consideráveis para inúmeros psicanalistas que se iniciam em sua prática.

A dificuldade inerente aos últimos textos de Lacan, assim como o fato de que tal raciocínio ainda se encontra, em sua maior parte, inacabado, tornam-se, assim, os principais obstáculos para um uso mais ampliado de tais categorias no cotidiano clínico. A respeito desse último fator, vemos sem muita dificuldade as empreitadas, nem sempre fortuitas, de diversos autores contemporâneos de fazer sentido às formulações finais do pensador francês.

Para a atual pesquisa, deparamo-nos com a mesma dificuldade à medida que, com o advento da clínica dos nós, caminha-se em solo movediço no que tange à conceitualização do que se trata como psicose. Afinal, deveríamos continuar chamando psicóticos os sujeitos para os quais o Nome-do-Pai se encontra não operante e a significação fálica elidida, sendo que, quando tratando de Joyce — personagem para quem a função paterna permaneceu sempre ausente —, nem mesmo Lacan atreveu classificá-lo dessa forma? Pensar Joyce como um sujeito não psicótico também elenca outra questão: uma psicose *sinthomatizada* ainda responde por psicose? Afinal, “[se] o Nome-do-Pai é suplementar e pode ser suprido, o que nos autoriza a dizer, quando o quarto [nó] é diferente do Nome-do-Pai, que estamos lidando com uma psicose compensada ou com uma suplência da psicose?” (SOLER, 2018, p. 109-110).

Se há uma coexistência da forclusão generalizada, como forclusão do sentido pelo real, com aquela que resulta da não inscrição do Nome-do-Pai no simbólico, sendo essa última ainda válida mesmo considerando os últimos avanços de Lacan, a psicose ainda deve ser considerada como seu resultado direto? Ou, se a forclusão da metáfora paterna não é mais decisiva para a definição e delimitação de tal categoria clínica, diferenciando-a, portanto, de outras compreendidas na nosografia psicanalítica, o que é? Podemos, é claro, pensar que, com a lógica dos nós, a psicose corresponderia ao desenodamento dos registros R, S e I. Isso,

contudo, como aponta Colette Soler (2018), nada faria a não ser reforçar, por outra via, a mesma lógica binária de outrora (NP ou NP₀) sob uma nova forma, NB ou NB₀, nó borromeano constituído ou nó borromeano-zero.

O que define, portanto, a psicose a partir do último ensino de Lacan? Estas e outras questões ainda permanecem inconclusivas para o autor da presente pesquisa. A resposta, apesar de muito discutida, definitivamente ainda é nebulosa. É evidente, contudo, que a psicose não desapareceu dos consultórios, das instituições, ou do cotidiano. Ainda a encontramos, seja a partir de seus sintomas mais pronunciáveis, clássicos índices da estrutura, seja os novos fenômenos corporais observados em pacientes cuja diagnóstica apresenta-se como um enigma permanentemente aberto e insondável.

Mesmo que o raciocínio clínico ainda pareça sofrer os percalços de ter de estar sempre à altura de seu tempo, ressalta-se a importância de tais avanços na teoria psicanalítica, sempre respondendo às necessidades inerentes à clínica da psicose. Se num primeiro momento Lacan enfatizava a negatividade da psicose em relação à neurose, considerando que “[é] num acidente desse registro e do que nele se realiza, a saber, na forclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro, e no fracasso da metáfora paterna, que apontamos a falha que confere à psicose sua condição essencial, com a estrutura que a separa da neurose” ([1958a] 1998, p. 582); a partir de um momento posterior de seu ensino, como vimos, neurose e psicose encontram-se em pé de igualdade. Fracassa, portanto, todo e qualquer ideal de normalidade, que caracterizaria a psicose como déficit, a ser imputado à teoria.

Longe de categorias fixas, estanques, e que justifiquem ideais de normatividade patologizantes que sempre permearam o pensamento médico, a revisão da categoria clínica de psicose ao longo do ensino de Lacan propiciaria uma tomada de posição ética e política. Conceber a psicose como uma subjetividade possível, uma maneira particular a partir da qual o *falasser* consegue enodar os três registros que compõem sua realidade e estabelecer um laço possível, torna-se, portanto, uma noção basilar, imprescindível para a formulação de políticas públicas no campo, sempre em disputa, da saúde mental.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, M. C.; LAIA, S. (Orgs.) **A psicose ordinária**. Belo Horizonte: Scriptum, 2012.
- BRODSKY, G. A loucura nossa de cada dia. Tradução de Nelly Brito, Cristina Bion, Mingnon Lins e Heloisa Shimabukuro. **Opção Lacaniana online**, n. 12, 2013.
- CALLIGARIS, C. **Introdução a uma clínica diferencial das psicoses**. 2. ed. São Paulo: Zagodoni, 2013.
- CASTRO, J. C. L. A palavra é a morte da coisa: simbólico, gozo e pulsão de morte. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 11, n. 4, 2011, p. 1405-1428.
- CEVASCO, R. **Passo a passo: rumo a uma clínica borromeana**: volume 1 de 3. 1. ed. São Paulo: Aller, 2021.
- DIAS, E. A. C. **Psicose ordinária: estatuto teórico e clínico na psicanálise de orientação lacaniana**. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- EIDELSZTEIN, A. **Modelos, esquemas e grafos no ensino de Lacan**. Tradução de José Luiz Caon. São Paulo: Toro Editora, 2018.
- FARIA, M. R. Lacan com Freud. In: **Constituição do sujeito e estrutura familiar: O complexo de Édipo de Freud a Lacan**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003, p. 43-86.
- FINK, B. O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. Psicose. In: **Introdução clínica à psicanálise lacaniana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 91-127.
- FRANÇA NETO, O. A. Behajung nas conexões da psicanálise. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2006, p. 153-163.
- FREUD, S. As neuropsicoses de defesa (1894). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v. III**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1986, p. 51-72.
- _____. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”) (1911). In: **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)**. Tradução e notas de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 13-107.
- _____. História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”) (1918 [1914]). In: **História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), “Além do princípio do prazer” e outros textos (1917-1920)**. Tradução e notas de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 13-160.

_____. Além do princípio do prazer (1920). In: **História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), “Além do princípio do prazer” e outros textos (1917-1920)**. Tradução e notas de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 161-239

_____. A organização genital infantil (1923). In: **O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 168-175.

_____. Neurose e psicose (1924a). In: **O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 176-183.

_____. A perda da realidade na neurose e na psicose (1924b). In: **O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 214-221.

_____. A negação (1925). In: **O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 275-282.

_____. A cisão do Eu no processo de defesa (1940 [1938]). In: **Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 345-350.

GARCIA-ROZA, L. A. Pesquisa de tipo teórico. In: **Psicanálise e Universidade**. Núcleo de Pesquisa em Psicanálise. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. São Paulo, 1991, p. 9-31.

GUERRA, A. M. C. **A estabilização psicótica na perspectiva borromeana: clínica e suplência**. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

JORGE, M. A. C. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, vol. 2: a clínica da fantasia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu (1949). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 96-103.

_____. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 238-324.

_____. **O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953-1954)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “*Verneinung*” de Freud (1954b). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 383-401.

_____. **O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

_____. **O Seminário, livro 3: as psicoses (1955-1956)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **O Seminário, livro 4: a relação de objeto (1956-1957)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

_____. **O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente (1957-1958)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose (1958a). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 537-590.

_____. Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 805-842.

_____. Introdução aos Nomes-do-Pai (1963). In: **Nomes-do-Pai**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

_____. Apresentação das *Memórias de um doente dos nervos* (1966). In: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 219-223.

_____. **Estou falando com as paredes: conversas na Capela de Sainte-Anne (1971-1972)**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. O aturdido (1972). In: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 448-497.

_____. **O Seminário, livro 20: mais, ainda (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Televisão (1973)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. **O Seminário, livro 21: Os não-tolos erram / Os nomes do pai (1973-1974)**. Tradução e organização de Frederico Denez e Gustavo Capobianco Volaco. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

_____. **O Seminário, livro 22: R.S.I. (1974-1975)**. Disponível em: <https://www.facebook.com/lacanempdf>. Acesso em: out. 2021.

_____. **O Seminário, livro 23: o sinthoma (1975-1976)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. Lacan a favor de Vincennes (1978). **Revista Correio**, n. 65, 2010, p. 31.

LACET, C. Da forclusão do Nome-do-Pai à forclusão generalizada: considerações sobre a teoria das psicoses em Lacan. **Psicologia USP**, 15(1/2), 2004, p. 243-262.

MILLER, J. A. Mostrado em Prémonté (1983). In: **Matemas I**. Tradução de Sérgio Laia. Rio de Janeiro, 1996, p. 150-154.

_____. Forclusão generalizada (1987). In: BATISTA, M. C. D.; LAIA, S. (Orgs.) **Todo mundo delira**. Belo Horizonte: Scriptum, 2010. p. 15-32.

_____. Clínica irônica (1988). In: **Matemas I**. Tradução de Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 190-200.

_____. A criança entre a mulher e a mãe (1996). Tradução de Cristiana P. de Mattos, Cristina Vidigal, Inês Seabra e Suzana Barroso. **Opção Lacaniana online**, n. 15, 2014.

_____. O último ensino de Lacan. **Opção Lacaniana**, São Paulo, n. 35, 2003, p. 6-27.

_____. Efeito do retorno à psicose ordinária (2009). In: BATISTA, M. C. D.; LAIA, S. (Orgs.) **A psicose ordinária: a Convenção de Antibes**. Belo Horizonte: Scriptum, 2012 p. 399-42.

NASIO, J. D. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. O conceito de forclusão. In: **Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 148-166.

_____. **Os Olhos de Laura: somos todos loucos em algum recanto de nossas vidas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PRATES, A. L. Que destino dar à mensagem recebida? Apontamentos sobre a questão da transmissão na psicanálise. **Psicologia USP**, 15(1/2), 2004, p. 149-167.

QUINET, A. **A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **Psicose e laço social: esquizofrenia, paranoia e melancolia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **Teoria e clínica da psicose**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

SOLER, C. **O inconsciente a céu aberto da psicose**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Lacan, o inconsciente reinventado**. Rio de Janeiro: Cia. De Freud, 2012.

_____. **As lições das psicoses**. 1. ed. São Paulo: Aller, 2016.

_____. **A querela dos diagnósticos**. São Paulo: Blucher, 2018.

SANCHES, D. R. **Discursos diagnósticos pós-lacanianos: dos fundamentos em psiquiatria às teses sobre um novo sujeito**. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

VERAS, M. Forclusão generalizada. In: **AMP. Scilicet: As psicoses ordinárias e as outras, sob transferência**. São Paulo: EBP, 2018. p. 188-190.